

**A DOCTRINA DE
SEGURANÇA NACIONAL E
O “MILAGRE ECONÔMICO”
(1969/1973)**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Giannazi, Carlos

A doutrina da segurança nacional e “milagre econômico”
(1969/1973) / Carlos Giannazi. -- São Paulo : Cortez, 2013.

ISBN 978-85-249-2035-6

1. Autoritarismo 2. Crescimento econômico 3. Doutrina de
segurança nacional 4. Estado autoritário 5. Milagre econômico
I. Título.

13-05708

CDD-330.9

Índices para catálogo sistemático:

1. História econômica 330.9

Carlos Giannazi

**A DOCTRINA DE
SEGURANÇA NACIONAL E
O “MILAGRE ECONÔMICO”
(1969/1973)**

A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O "MILAGRE ECONÔMICO" (1969/1973)

Carlos Giannazi

Capa: aeroestúdio

Preparação de originais: Jaci Dantas

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e editor.

© 2013 by Autor

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel. (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — agosto de 2013

Ainda que as estatísticas sorrissem, as pessoas estão arruinadas. Em sistemas organizados ao contrário, quando a economia cresce, cresce com ela a injustiça social. No período de êxito do “milagre brasileiro”, aumentou a taxa de mortalidade infantil nos subúrbios da cidade mais rica do país.

(Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Suely Robles Reis Queiroz, pela competência intelectual e metodológica, pela paciência e generosidade em me orientar e, sobretudo, pelo exemplo ético e humano. Devo a ela gratidão eterna pela construção desse trabalho de pesquisa.

À Luciene Cavalcante, amor da minha vida, que tanto me incentivou, ajudou e estimulou a fazer essa pesquisa.

Aos meus pais, Luzia e Armando.

Aos meus irmãos, Cida, Celso e Cláudio; à minha filha Leila.

Aos meus mestres Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr, Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

A Clovis Pacheco Filho e Plínio de Arruda Sampaio Jr.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
-----------------	----

CAPÍTULO I

Autoritarismo e violência como fatores do sistema político brasileiro....	21
---	----

CAPÍTULO II

O conteúdo da Doutrina de Segurança Nacional.....	65
---	----

CAPÍTULO III

Considerações críticas sobre a Doutrina de Segurança Nacional	105
---	-----

CAPÍTULO IV

O Milagre Econômico: uma economia politizada pela Doutrina de Segurança Nacional.....	149
--	-----

Conclusão	199
-----------------	-----

Bibliografia	203
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo nesta obra é discutir de modo integrado as questões do Estado autoritário brasileiro, instaurado em 1964, seu substrato doutrinário criado pela Escola Superior de Guerra e que ficou conhecido como Doutrina de Segurança Nacional, bem como os planos de desenvolvimento econômico levados à prática a partir dessa situação política e de tais bases doutrinárias. A aplicação desses planos de desenvolvimento econômico — em especial no período que transcorreu entre 1969 e 1973, sob o mais severo e repressivo dos presidentes militares, o general Emílio Garrastazu Médici, e sob a direção do ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto — resultou de início no efêmero e eufórico período de desenvolvimento econômico acelerado, que ficou conhecido como *milagre econômico brasileiro*.

Efêmero porque sua duração foi curta em relação a outros períodos de bonança econômica, bastando um choque político internacional para brechar seu avanço, com o súbito aumento dos preços do petróleo bruto, decretado em meados de 1973 pelo cartel petrolífero, a OPEP — Organização dos Países Produtores de Petróleo. Essa medida, tomada como represália ao Ocidente com relação à Guerra de Suez entre dois aliados árabes, Egito e Síria, e o Estado de Israel, levou os países-membros da entidade a impor tal decisão, que abalou a economia internacional e deu início a uma drástica redução dos investimentos que até então vinham sendo feitos no Brasil pelos capitais multinacionais.

Eufórico porque, enquanto durou, esse momento foi de plena expansão dos investimentos nos mais diversos setores, entre eles, o industrial e agrícola, o de financiamento, captação da poupança e serviços. Igualmente, o de construção civil, relacionado com obras de infraestrutura contratadas pelo governo federal, tais como hidrelétricas, usinas, estradas, pontes e estádios de futebol em várias capitais estaduais.

Tais investimentos resultaram, no seu início e no seu auge, em elevado grau de satisfação por parte dos setores mais diretamente beneficiados da burguesia nacional e, mais ainda, dos associados ao capital externo, que passou a afluir com grande abundância. Igualmente contentou os setores das camadas médias que estavam em condições de buscar empregos rendosos ou serviços associados ao estabelecimento, expansão e gerenciamento das atividades econômicas.

Ampliou-se a oferta de empregos, com o surgimento de obras e com a expansão industrial, mas isso não significou um paralelo aumento dos índices salariais para a grande maioria dos trabalhadores manuais não especializados. Fora os poucos elementos integrantes desse setor que puderam se qualificar no campo de atuação da mão de obra especializada, e que assim tiveram um breve período de satisfação, todo o setor integrado pelos trabalhadores ficou restrito à compressão salarial, ao severo arrocho nos índices de reajuste, diante da inflação.

Os jornais, revistas, estações de radiodifusão e, principalmente, os canais de televisão eram controlados pela censura e, assim, não podiam divulgar nenhuma notícia que pudesse ser considerada prejudicial à política econômica do governo, pois eram vistas como nocivas ao desenvolvimento do país, não só por desestimularem o investimento, mas também porque iriam açular o descontentamento dos trabalhadores.

Nessa política, havia ainda um fator de agravamento: o governo não autorizava as empresas particulares a conceder aumentos salariais, senão sob a condição de que os custos não fossem repassados para os preços finais dos produtos. Desse modo, mesmo que uma empresa decidisse conceder aumentos coletivos, teria que fazê-lo em prejuízo de sua taxa de acumulação. Posto diante desse dilema, a maior parte do empresariado não foi além do que pagar os salários de acordo com as instruções dos tecnocratas, aprovadas pelo poder público.

Ainda que os sindicatos estivessem juridicamente submetidos à mesma estrutura vigente desde o Estado Novo, e, portanto, fossem todos submetidos ao Ministério do Trabalho, e vistos como órgãos auxiliares do governo, as instruções repressivas cuidaram para que aqueles não mobilizassem os trabalhadores, e o fizeram por meio de vários procedimentos. Eram as proibições de greves, de campanhas de esclarecimento e de debates; a vigilância policial e a violência decorrente; a cooptação, que levava os dirigentes sindicais a se sentirem tentados a desejar as benesses que o governo concedia aos sindicalistas de sua confiança, e o conseqüente fortalecimento do peleguismo; o impedimento de candidaturas de membros de chapas sindicais que não merecessem a confiança oficial; a intervenção em sindicatos cujas diretorias viessem a manifestar atitudes passíveis de serem interpretadas como velei-

dades de independência, e destituição liminar de dirigentes que por qualquer motivo despertassem a desconfiança dos órgãos de controle.

O fenômeno econômico chamado *milagre*, portanto, não foi acompanhado de melhorias sociais, sob a forma de salários mais elevados e de serviços públicos de atendimento ao trabalhador, num nível satisfatório, que permitissem um desafogo para a população trabalhadora. Essa parcimônia salarial não era gratuita. A chave da cúpula da construção de tal projeto era, exatamente, a rígida compressão salarial, principal elemento de acumulação capitalista e fator essencial para a efetiva mobilização do empresariado nacional e, principalmente, para a atração maciça do capital internacional.

Tal situação de arrocho somente poderia ocorrer se essa política salarial estivesse acobertada solidamente, em sua retaguarda, pela severa repressão policial e militar. Por isso, o autoritarismo governamental era um elemento indispensável para que se desse o pleno funcionamento do modelo em questão.

Além disso, ressalte-se que entre os militares instalados no poder existiam duas sólidas motivações para que o autoritarismo fosse a tônica do regime. Um deles era a Guerra Fria e seu cortejo de conflitos de variada natureza. Por tal motivo, a Escola Superior de Guerra elaborou uma teoria da guerra que contemplava todos os gêneros de conflito que pudessem existir, e seus estrategistas trataram de levar à prática a política que entendiam ser a melhor prevenção.

O outro era a crítica que, há muito, já se fazia no interior da Escola, com relação ao que seus integrantes viam como a incapacidade das elites civis nacionais para o governo, para o planejamento, para o trato da coisa pública.

A bem dizer, a elite militar congregada na Escola Superior de Guerra não confiava nos membros da classe política que derrubara com o golpe. Tanto que se colocava contra ela desde os finais do Estado Novo — antes mesmo que o presidente Eurico Gaspar Dutra assinasse o termo de criação da entidade —, quanto não manifestava apreço incondicional por um bom número de civis que apoiaram o golpe e conspirara junto a eles. Exemplo típico foi a atitude dos vitoriosos com relação ao governador de São Paulo, Adhemar de Barros: conspirador ativo, um dos financiadores do golpe, em pouco tempo começou a enfrentar a oposição dos vencedores, a receber imposições, até ser retirado do cargo, ter o mandato cassado e perder os direitos políticos, rumando para o exílio na Europa, onde morreu.¹ Caso ainda mais emblemático foi a cassação dos direitos políticos de Carlos Lacerda, um arauto do golpismo.²

1. Ver Sampaio, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982. (Col. Teses, série Política, v. 5.)

2. Ver Mendonça, Marina Gusmão de. 2. ed. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1950-1968*. São Paulo: Codex, 2002.

Jânio Quadros, favorável ao golpe, figurou entre os primeiros cassados,³ e pouco tempo depois, Juscelino, que representava Goiás e não apoiou abertamente a derrubada do governo legal, mas também não se manifestou contra, votando no Senado a favor do nome do general Castelo Branco para ocupar a presidência da República, perdeu seu assento como parlamentar.

Na verdade já vinha de longe a desconfiança militar contra as elites civis, podendo-se situá-la já nas últimas décadas do Império.

Com o tempo, a Guerra Fria, dividindo o mundo em 2 blocos, levava políticos e militares, sobretudo os da escola Superior de Guerra, a alinharem-se aos Estados Unidos, vistos como “nosso aliado natural”. O surgimento de Cuba como peão soviético agravava as tensões.

No plano interno, a ascensão das massas, dinamizada na década de 1950, sob a égide de Getúlio Vargas, dera origem a movimentos de caráter reivindicatório, o que para a mentalidade castrense era sempre algo perigoso, a *banderna*, o perigo do conflito. E pior de tudo, a oportunidade para a ação do “fantasma vermelho”. As elites civis, no entender dos estrategistas, não logravam dar conta dessa questão e, por isso, não lhes inspiravam qualquer confiança. E ainda havia a visão militar generalizante da grande maioria dos políticos civis como demagogos, oportunistas, e mais que tudo, corruptos.

Subversão, Guerra Fria, incapacidade das elites, demagogia, corrupção, crises políticas, sociais e econômicas, tudo isso, para os militares da Escola Superior de Guerra, era assunto do mais alto interesse estratégico, a requerer sua ação firme, vista como *ação regeneradora*, ou pelo menos, preventiva.

Desse modo, será necessário considerar não somente os fatos que levaram ao regime autoritário, mas também o conteúdo da doutrina em questão, hoje fartamente analisada por cientistas políticos, sociólogos, historiadores e demais estudiosos da vida militar do Brasil, além dos planos econômicos que foram enunciados ao longo daquele momento. Tais planos surgiram tanto a partir de um equacionamento tecnocrático da questão do desenvolvimento econômico brasileiro quanto dos interesses expressos pela doutrina militar em tela.

É preciso lembrar que no decorrer das décadas de 1950 e de 1960 a orientação emanada da Cepal — a comissão de alto nível das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento da América Latina — não deixava a descoberto os interesses sociais. A política econômica desenvolvimentista pregada por ela já vinha sendo levada à prática desde os tempos de Juscelino

3. Sobre Jânio Quadros, ver Chaia, Vera Lúcia Michalany. *A liderança política de Jânio Quadros. (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.

Kubitschek. E prosseguira, com as restrições que a recessão econômica impunha desde o início da década de 1960, sob o governo do presidente João Goulart, ante o clima de recessão, que havia sido grandemente aumentado no decorrer dos tumultuados sete meses do governo Jânio Quadros.

Para os militares no poder depois de 1964, era necessária a retomada do desenvolvimento econômico do país, ainda que seus objetivos doutrinários fossem de outra natureza. Mas era preciso também manter a ordem que entendiam haver sido extremamente perturbada pelos atos do governo deposto.

Importava a criação de meios técnicos para tal, tanto quanto a diminuição dos problemas sociais, causadores das reivindicações populares que entendiam ser perturbação, baderna, e anarquia. Só a diminuição da crise social, por meio do crescimento econômico — entendiam eles —, seria a solução para aqueles problemas. Mas esse crescimento teria que ocorrer de tal modo que não fosse perturbado por outras movimentações. A solução seria o controle dos trabalhadores. Repressão, portanto.

O objetivo exposto na primeira fase desta Introdução exige, pois, que tratemos da práxis autoritária, de sua justificação doutrinária expressa na Doutrina de Segurança Nacional e também dos distintos planos econômicos criados pelos governos militares. Entre eles estão os Planos de Ação Econômica do Governo (PAEG), emanado do governo Castelo Branco, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do governo Costa e Silva, e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), de lavra do governo Médici.

Nossa pesquisa utilizou uma vasta bibliografia de autores que, no período estudado, trataram dos temas referidos acima e estão listados no final deste livro.

Como fontes primárias referentes ao desenvolvimento econômico, utilizamos a Reforma Tributária de 1967, o Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e o Manual da Escola Superior de Guerra, que faz menções a tal objetivo.

Em função dos objetivos e do que foi pesquisado, esta obra foi pensada em quatro capítulos, precedidos da introdução expressa nestas linhas e finalizados com uma conclusão.

No primeiro capítulo — cujo título é *Autoritarismo e violência como fatores do sistema político brasileiro* — definimos o conceito de autoritarismo como sistema político.

Privilegiamos então as explicações de Norberto Bobbio expressas no *Dicionário de Política* que foram redigidas por Mario Stoppino, especialista integrante da equipe dirigida por aquele cientista político italiano.

Como é comum a confusão entre os regimes autoritário e totalitário — o que causa não poucos equívocos — procuramos também apontar a diferença conceitual entre os dois regimes, como se verá no capítulo em tela.

É de consenso entre os que estudam a história do Brasil que o país tem uma tradição autoritária, razão pela qual nos referiremos a ela.

Já o segundo capítulo — intitulado *O conteúdo da doutrina de segurança nacional* — oferece os fundamentos políticos e ideológicos para a implantação do projeto político-econômico dos militares. Tal *corpus*, em nosso entender, não pode ser visto senão como parte de um grande projeto militar que vinha sendo gestado desde muitos anos antes, já nos finais do período em que o general Eurico Gaspar Dutra era o presidente da República, e que seguiu sendo refinado pela Escola Superior de Guerra, no decorrer dos governos posteriores. Esse refinamento conseguiu criar e ampliar laços políticos de lealdade não só no meio militar, mas também no de civis descontentes com as elites políticas existentes, e políticos — portanto, membros da elite — que repeliam as tendências opostas às suas, dentro de tal setor social.

Era, em grande parte, o que ocorria com os políticos filiados à UDN, o partido que desde o início sempre manteve ligações com oficiais das três Forças Armadas.

Os grandes mentores de tal grupo parecem ter sido o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias e o general Golbery do Couto e Silva — os principais pensadores geopolíticos de então. Ambos herdaram e, mais que isso, ampliaram as teses formadoras do pensamento militar brasileiro, vindas ainda dos tempos da Revolução de 1930, cuja principal expressão havia sido o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, autor de *Política do Exército*, solução vista por ele como a grande reação contra a prática da *política no Exército*.

A expressão do grande projeto militar defendido pela Escola Superior de Guerra foi a Doutrina de Segurança Nacional, que depois de 1964 passou a ser denominada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Partia da premissa — herdeira do movimento tenentista — segundo a qual quase todas as expressões das elites políticas brasileiras eram desqualificadas para o governo, uma vez que somente pensavam em seus próprios interesses, deixando o país à deriva, permitindo a ação subversiva dos inimigos da democracia e da Pátria, manobrando as populações carentes rurais e urbanas para que seu domínio se mantivesse.

No terceiro capítulo — denominado *A crítica ao pensamento autoritário da escola Superior de Guerra* — faremos uma análise crítica da doutrina, utilizando, para isso, autores que se debruçaram sobre o tema.

Por último, no quarto capítulo — designado *O milagre econômico: uma economia politizada pela doutrina de segurança nacional e desenvolvimento*

— veremos o caráter autoritário dos planos econômicos dos militares: Plano de Ação Econômica (PAEG), do governo Castelo Branco; Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do governo Costa e Silva; e I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), do governo Médici, todos pilares do que foi designado como Milagre Econômico e que vigorou entre 1969 e 1973.

Para isso, será preciso verificar a atuação dos ministros das áreas econômica e financeira dos governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, a fim de examinar as diferenças que possam apresentar, de acordo com o momento específico em que se dava a sua passagem pelo poder.

Quanto às fontes, entre as primárias, pesquisamos o *Manual da Escola Superior de Guerra*, indispensável para a nossa análise por ter balizado e oferecido o referencial teórico aos militares e seus aliados, dando suporte e legitimando todo o processo político dos generais no comando do aparelho do estado brasileiro.

Vimos também os textos escritos por militares e civis vinculados à Escola Superior de Guerra. Dos militares, constam especialmente os livros dos generais Golbery do Couto e Silva⁴ e Carlos de Meira Mattos.⁵

Dos civis ligados à Escola Superior de Guerra, destacam-se dois juristas conservadores, José Alfredo Amaral Gurgel e Mário Pessoa, ambos professores de Direito. O primeiro ligado à Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros da Universidade Mackenzie; e o segundo, de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Publicaram respectivamente, em 1975, *Segurança e democracia. Uma reflexão política*, e em 1971, *O Direito da segurança nacional*.

Outro autor de grande interesse para nosso trabalho é Antônio de Arruda, desembargador e, portanto, um homem do Poder Judiciário, que, apesar das medidas tomadas pelo governo militar limitando a competência da instituição de que este fazia parte, estava claramente alinhado ao governo de 1964. Seu texto é “A doutrina da ESG”, redigido inicialmente para uso interno da entidade à qual era vinculado, e que somente mais tarde veio a ser franqueado. (Arruda, Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, referência T4-78)

Há, igualmente, um pronunciamento de um nome claramente associado à Escola Superior de Guerra, o professor Jorge Boaventura, conferencista

4. Couto e Silva, general Golbery do. *Conjuntura política nacional: o poder executivo*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1981; *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1981.

5. Mattos, general Carlos Meira. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977; *Brasil: geopolítica e destino*. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

da entidade, feito em seminário realizado na Unicamp, em Campinas, cujos resultados foram organizados por Eliézer Rizzo de Oliveira e publicados em 1987. Dessa obra coletiva — denominada *Militares: pensamento e ação política* — consta o texto de Boaventura, “A Doutrina de Segurança Nacional”, em que aquele autor procura desqualificar a afirmação de que a doutrina em tela seja uma simples ideologia, *corpus* que vê como algo parcial, tendencioso, enquanto doutrina seria um *corpus* saudável, destinado a orientar a ação prática.

Outros textos importantes contêm depoimentos orais de participantes da Escola Superior de Guerra e de nomes que participaram dos governos militares. Dentre estes destacam-se o depoimento do marechal Cordeiro de Farias, prestado a Aspásia Camargo e Walder de Góes,⁶ intitulado *Diálogos com Cordeiro de Farias: meio século de combate*; os que foram prestados a Celso Castro, Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ari Dillon Soares, *Visões do golpe. A memória militar sobre 1967*;⁷ mais a bem menos conhecida obra de Hélio Contreiras, *Militares. Confissões. Histórias secretas do Brasil*, publicada pela Editora Mauad em 1998.

Outro trabalho também menos conhecido e, por isso, pouco consultado, é o livro do general Oswaldo Muniz Oliva, *Brasil. O amanhã começa hoje*, cuja primeira edição é de 2002.⁸ É uma apologia do regime de 1964 e destacou aspectos em que, para o autor, o governo militar revelou preocupações sociais.

Nesta pesquisa não poderia deixar de faltar a análise do pensamento do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, um dos criadores do Estado Novo, o primeiro autor militar brasileiro que, ainda na década de 1930, formulou um pensamento doutrinário voltado para os interesses de sua corporação — trabalho que se tornou uma das bases da Doutrina de Segurança Nacional, no entender de vários estudiosos. São, pois, de grande importância tanto o livro escrito por ele, *A Revolução de Outubro e a finalidade política do Exército* (Góes Monteiro, sem data), quanto o teor de seu depoimento feito ao jornalista carioca Lourival Coutinho, constante de *O general Góes depõe* (obra publicada pela Editora Coelho Branco, Rio de Janeiro, 1956).

Um trabalho de grande importância sobre o modo pelo qual a Escola Superior de Guerra organizava os seus cursos de formação de quadros é a

6. Camargo, Aspásia; Góes, Walder de. *Diálogos com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

7. Castro, Celso; D’Araújo, Maria Celina; Soares, Gláucio Ari Dillon (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

8. Oliva, general Oswaldo Muniz. *Brasil. O amanhã começa hoje*. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2003.

dissertação de mestrado de Wanda Aderaldo, *A ESG: um estudo de currículos e programas*, defendida no IUPERJ, Rio de Janeiro. Já com relação à entidade e à ação da imprensa está o mestrado de Celso Ramos Figueiredo Filho, *A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de S. Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias*, apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 2001.

É de se considerar a importância desse debate, uma vez que o diário em questão esteve entre os mais entusiásticos apoiadores do golpe militar, vindo depois a se distanciar, progressivamente, com o avanço do autoritarismo desenvolvido pelo governo, a ponto de ser um dos mais visados pela censura governamental.

No campo da censura nos foi de grande importância o trabalho de mestrado da Professora Maria Aparecida de Aquino, que analisa as relações estabelecidas entre censura prévia, a imprensa escrita e o Estado autoritário brasileiro pós-1964. Da mesma autora também nos foi útil o seu trabalho de doutorado que aprofunda o tema da censura e do Estado autoritário no governo militar.

Obra também mais recente sobre a Escola Superior de Guerra é a dissertação de Maria Selma de Moraes Rocha, *A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*, defendida em 1996, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Seu especial valor é quanto ao balanço que realizou no que toca ao conteúdo das distintas obras sobre o tema, surgidas nos anos anteriores.

Dado o objetivo desta obra, os planos econômicos editados pelos sucessivos governos militares foram absolutamente indispensáveis.

O primeiro deles é o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), emanado do governo Castelo Branco, que correu por conta da equipe montada pelo ministro do Planejamento, o economista e diplomata Roberto de Oliveira Campos.

O segundo foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), sob a égide do governo Costa e Silva, que tinha como ministro da Fazenda Delfim Neto.

O terceiro, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), já no governo Médici, correu também por conta do ministro Delfim Neto, que dirigiu toda a equipe econômica.

Para finalizar, vale dizer que, além dos trabalhos citados, inúmeros outros consultados constam da bibliografia transcrita no final do trabalho.

Vale dizer ainda, que toda ela e mais a documentação primária foram vistas para tentar responder questões como: — De que maneira a Doutrina de Segurança Nacional favoreceu a aplicação de modelos econômicos implantados no período escolhido para a pesquisa?

De que forma a Doutrina de Segurança Nacional atualizou a tradição autoritária brasileira?

Como o modelo econômico dos militares favoreceu a acumulação capitalista?

CAPÍTULO I

Autoritarismo e violência como fatores do sistema político brasileiro

De acordo com Mario Stoppino, no *Dicionário de política* dirigido por Norberto Bobbio,¹ assim se pode entender o conceito de autoritarismo:

[...] são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas.

É comum a confusão entre regimes autoritários e totalitários, o que causa não poucos equívocos.

Totalitarismo pode ser considerado um sistema em que o poder do Estado perpassa toda a sociedade, não dando margem a que exista qualquer setor da vida social fora do controle das autoridades. É, portanto, uma *forma de organização do país*. Difere, assim, de um regime que possa ser visto como simplesmente autoritário, por não se referir apenas ao modo pelo qual seus governantes agem, mas, além disso, pela maneira como o Estado e a sociedade são organizados, estruturados, e como os dois setores interagem.

Visto em confronto com o totalitarismo, o autoritarismo pode ser conceituado, operacionalmente, como um *estilo de governo*, ou seja, um *modo*

1. Stoppino, Mario. Totalitarismo. In: Bobbio, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, 1992. p. 94.

de se exercer o poder. Não exige, assim, necessariamente, que todo o país seja reorganizado de modo tal que o Estado ocupe espaço em todos os desvãos sociais. Não perpassa por toda a sociedade civil, portanto. Não havendo contestação, ou com tal atitude sendo controlável dentro dos nichos sociais em que ocorrem, o Estado tende a não sentir necessário estabelecer o controle político de todos os setores da sociedade, mantendo sua vigilância apenas com relação às áreas em que a contestação aparece de modo mais espontâneo e direto, e, portanto, potencialmente mais perigosa para o sistema: a política, a economia, a justiça e os veículos de comunicações de massa.

Exemplos históricos, no caso brasileiro, são dois governos autoritários que não alteraram de modo substancial as instituições, mas não deixaram de exercer o poder de modo arbitrário e até violento: o de Floriano Peixoto, de 1890 a 1892, e o de Artur Bernardes, de 1923 a 1926. Em ambos os momentos citados ocorreram graves desrespeitos aos direitos civis e políticos, com prisões arbitrárias, homicídios cometidos pelos órgãos de repressão, Exército e polícia, censura da imprensa — então, somente representada por jornais e revistas —, exílios e confinamentos e, no caso de Bernardes, o estado de sítio quase ininterrupto, além do frequente e ostensivo descaso quanto aos dois demais Poderes, o Legislativo e o Judiciário.

Entretanto, nesses períodos não foram instituídos dispositivos que intervissem em toda a sociedade civil. Não ocorreu nada como o sistemático fechamento arbitrário de entidades e instauração de elementos interventores na direção de tais órgãos, a criação de partido único, a formação de órgãos de controle da opinião pública e da vida cultural, responsáveis pela criação, veiculação e imposição de uma ideologia. Nem, ainda, a tentativa de se proceder ao enquadramento da população em um sistema de controle e participação coercitivo e compulsório, procurando mobilizar todas as camadas sociais do país a favor da política governamental e instituindo uma forma pedagógica de formação da cidadania, que conduzisse a população, e em especial, a maioria de sua juventude, à total obediência. Tal situação foi a que ocorreu nos regimes totalitários europeus e asiáticos do século XX.

Nesse sentido, nem mesmo o Estado Novo getulista pode ser considerado totalitário, uma vez que não procurou mobilizar a população tal como Hitler e Mussolini o fizeram em seus países, não instituiu o partido único, para tomar o espaço político dos demais partidos, que proscreveu, ou instituiu delegados do governo nos órgãos de participação social. Limitou-se a alguns procedimentos usuais em casos de ditadura, como a ação livre da polícia política, a severa censura de imprensa e a promoção da pessoa do ditador, de

sua imagem, de suas ideias, tal como o fez o DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda, ao proceder à apologia do regime.²

Já o totalitarismo vai além de ser apenas o modo pelo qual se exerce o governo. Como já foi dito é um modo específico de organização do Estado, do governo e de toda a sociedade subsumida aos poderes estatais, com especial destaque para a ação do partido único, tal como o expôs Stoppino, ao tratar do sistema totalitário, citado abaixo.

A respeito, Stoppino cita considerações de Hannah Arendt, sobre o tema que aquela autora tanto estudou, em especial no seu livro *The origins of totalitarianism*, traduzido em Lisboa como *O sistema totalitário*. De acordo com as teses dessa autora, no trecho citado, Stoppino agiu considerando antes as observações operacionais que a definição de totalitarismo e, assim, aponta que esse regime

[...] não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu. [...] o fim do totalitarismo é a transformação da natureza humana, a conversão dos homens em “feixes de recíproca reação”, e tal fim é perseguido mediante uma combinação, especificamente totalitária, de ideologia e de terror.³

Os grupos sociais tendem a ser destruídos ou, pelo menos, a ter a sua autonomia profundamente diminuída, quando não anulada totalmente, devido à constante ingerência estatal, ostensiva e sigilosa. Ingerência que ocorre por meio da polícia política e do partido único ou partido dominante, caso haja alguma agremiação do gênero que seja tolerada, para uso como efeito externo.

O conjunto das características de um regime totalitário pode comportar muitos outros elementos, mas o que foi dito basta para a conceituação que nos interessa e que leva à definição de que o regime militar brasileiro de 1964 foi autoritário, e não totalitário.

O próprio fato de sua origem ter sido a de um golpe armado, imposto por meio das tropas, já mostra seu caráter autoritário, negando e impedindo eleições reguladas pela Constituição vigente na época.

Além disso, há a sua longa duração (vinte e um anos) com a chefia do Poder Executivo exercida somente por generais de quatro estrelas, os gerais-

2. Ver Goulart, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq, 1990. Esse livro é extremamente elucidador sobre tal entidade, o DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda.

3. Stoppino, Mário, op. cit., p. 1248.

-de-exército. Apesar de não ocorrerem reeleições de mandatários — salvo a prorrogação de mandato imposta a Castelo Branco pelo setor do Exército conhecido como *linha dura* —, mas sim a sucessão por outros nomes, tudo transcorria do modo mais fechado possível. Os candidatos potenciais tinham seus nomes levados a um colégio formado por oficiais-generais das três Forças Armadas, e a escolha era submetida ao *referendum* do Congresso, que, sem maiores poderes, nada mais podia fazer do que aceitar a indicação, após o que se realizava um simulacro de eleição indireta. Ocorria como concessão máxima a possibilidade de apresentação de candidato pelo partido de oposição, antecipadamente derrotado, e caso não se desse tal *competição*, que os parlamentares oposicionistas se abstivessem de participar ou que votassem em branco.

Esse regime teve, pois, por característica funcional o total predomínio do Poder Executivo, subjugando os poderes Judiciário e Legislativo federais, assim como a radical diminuição da margem de autonomia dos executivos, legislativos e judiciários dos estados e ainda os executivos e legislativos municipais.

Quanto ao federalismo, embora não tenha sido abolido de modo formal, prosseguindo no que toca aos aspectos administrativos e mantendo os deveres específicos dos Estados, o regime não deixou de intervir nos aspectos políticos que vigiam, no que se relacionava às específicas esferas de competência estadual, quando ainda valia a Constituição de 1946. Violaram-se, assim, os direitos constitucionais dos estados da federação, por meio da legislação excepcional feita por decretos-lei.

Quando surgiu nova Carta, em 1967, os direitos tradicionalmente aceitos com relação aos estados, foram radicalmente cerceados, agora, com a chance constitucional.

As decisões mais sérias e importantes dos militares ignoraram normas institucionais existentes ou a praxe política brasileira. Assim, as cassações de mandatos parlamentares e executivos estaduais e municipais e a suspensão de direitos políticos dos inimigos do novo regime foram realizadas logo nos primeiros dias do golpe, de modo completamente arbitrário. Muitos perseguidos foram vítimas de vinganças pessoais. Decorreram simplesmente da vontade dos vencedores, sem o mínimo direito de defesa e sem que o Poder Judiciário tivesse qualquer participação retificadora dos desmandos cometidos.

Cassações de mandatos parlamentares, que competiam ao parlamento,⁴ passaram a ser decididas pelos militares, que nem sequer tinham ainda cargos definidos, logo nos primeiros dias de seu triunfo. Em muitos casos, nem mes-

4. Um dos poucos casos de cassação de mandato de deputado federal no período 1945-1964 ocorreu com o deputado petebista Barreto Pinto, punido por falta de decoro parlamentar.

mo se tratava de oficiais-generais, mas de simples coronéis e tenentes-coronéis, que incluíam nas listas de cassações os nomes das pessoas que julgavam merecedoras de tal exclusão.

Nem mesmo os governadores que haviam sido a favor do golpe escaparam da diminuição de suas atribuições. Foi o caso de Adhemar de Barros, que poucos dias após o 31 de março teve que aceitar a imposição de um coronel do Exército como secretário da Segurança Pública e outro no comando da Força Pública do Estado de São Paulo, futura Polícia Militar. Generais e coronéis da estrita confiança dos novos governantes nacionais foram nomeados para as chefias de tais cargos em praticamente todos os demais estados.

Desde os primeiros dias do novo regime o Poder Judiciário — já depurado dos que foram considerados subversivos ou inimigos do golpe — foi submetido à norma segundo a qual os atos políticos do governo militar não podiam ser apreciados pelos magistrados. Derrubou-se, assim, o tradicional instituto do *habeas corpus* para acusados de atos considerados subversivos ou crimes políticos, valendo apenas para os casos comuns, de pura alçada criminal, de acordo com as normas do Código Penal. O mesmo com relação a outro tradicional instituto garantidor das liberdades — o mandado de segurança — para a defesa de atos arbitrários, tais como as demissões e aposentadorias compulsórias de funcionários públicos ou funcionários das autarquias e empresas estatais. Para tais pessoas, as normas do Direito Administrativo também deixaram de ter valor, e os magistrados nada podiam fazer, desvalorizando-lhes a função.

Portanto, pelo que foi mencionado, pode-se, com certeza, caracterizar o regime pós-1964 como autoritário.

É praticamente consensual entre os estudiosos da política e da sociedade brasileiras a tese de que no Brasil a tradição autoritária sempre se manifestou fortíssima e altamente associada à prática da violência, o mais das vezes impune, quando realizada pelos poderosos ou por seus agentes. Tal autoritarismo se estende por toda a sociedade brasileira, nos âmbitos público e privado, e quanto ao que mais nos interessa, no âmbito do Estado, exatamente o órgão encarregado de exercer o governo e a administração. A violência, pois, aparece como método de governo, e o autoritarismo é o seu estilo.

Octavio Ianni sintetizou bem esse traço característico brasileiro:

A problemática da revolução burguesa surge com especial ênfase quando a reflexão se concentra nas formas históricas do Estado brasileiro. Toda pesquisa sobre o poder estatal, em si e em suas relações com a sociedade, o cidadão, as raças e etnias, os regionalismos, os grupos sociais e as classes sociais, *coloca e recoloca a persistência do caráter autoritário do poder estatal. Todas as formas históricas do Estado*, desde a Independência até o presente, denotam a *continuidade e reiteração das soluções autori-*

tárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os *interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas*, o que se revela, ao longo da história. É o desenvolvimento de *uma espécie de contrarrevolução burguesa permanente*.⁵ (Grifos nossos)

E continua:

A Monarquia esteve organizada sob a égide do “poder moderador”. Na prática, *o poder moderador* do “monarca-filósofo, sábio e austero”, vestido de “paternalismo” e “bom senso”, *garantia e reiterava o monopólio do aparelho estatal* por parte dos donos de escravos, senhores de engenho, fazendeiros de café, estancieiros, proprietários de terras, negociantes, interesses estrangeiros. Tanto os escravos como os livres (negros, mulatos, índios, caboclos, brancos, imigrantes) eram considerados de ‘outra’ categoria, condição, raça ou casta. *Desde o começo, o Brasil tem jeito de território ocupado; e o povo parece como povo conquistado. Desde o princípio os blocos de poder aparecem como arranjos de conquistadores*.⁶ (Grifos nossos)

Pode-se assim dizer que esse traço específico nacional, ou seja, o autoritarismo conjugado à prática da violência, já surgiu no Brasil, desde seus primeiros tempos, com o autoritarismo patrimonialista lusitano⁷ para cá transportado, quando do início da colonização. Esse autoritarismo seria agudizado com as condições de vida que o escravismo da nova colônia de exploração portuguesa oferecia aos colonizadores, aos indígenas e, depois, aos africanos para cá transportados pelo tráfico negreiro. Igualmente, não deixava de afetar e condicionar o comportamento dos brancos pobres livres.

De exemplos marcantes e conhecidos sobre os abusos e violências está repleta a história do Brasil.⁸ Basta lembrar os latifundiários baianos Casa da Torre, fundada por Garcia D’Ávila, e outras similares.⁹

Não menos violentos foram os famosos bandeirantes em sua busca por ouro e pelo apresamento de índios.

Na *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*, Suely Robles Reis de Queiroz enfatiza a violência contra os negros escravos, demonstrando parte significativa das raízes

5. Ianni, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 11.

6. *Ibid.*, p. 11.

7. Quanto ao patrimonialismo português transferido e adaptado ao Brasil colonial, a melhor explicação ainda é a de Raimundo Faoro, em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975. v. 1.

8. Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila. Da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

9. Freyre, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1952. v. I e II. (Col. Documentos Brasileiros, v. 36 e 36-A.)

autoritárias na formação da sociedade e do Estado brasileiro, rotinizadas pela prática diária dos feitores:

Coerção, repressão e violência constituiriam as formas de controle social em uma sociedade escravista.¹⁰

A referida autora cita ainda uma frase do Padre Antônio Vieira, extremamente representativa dessa violência, proferida quando se dirigiu aos escravos coloniais:

Não há trabalho nem gênero de vida no mundo mais parecido à Cruz e à Paixão de Cristo que o vosso.¹¹

Nem poderia ser diferente, se observarmos o fato essencial de que o Brasil foi organizado como colônia de exploração, cuja finalidade era proporcionar lucros para a metrópole, por meio da produção de açúcar, um gênero comercial dos mais valorizados na época, no comércio internacional, com base no escravismo e no latifúndio. Desse modo, recorre-se à constante violência, tanto contra o escravo, como contra o homem livre, quando se tratava de expulsá-lo de terras que ocupassem e que fossem cobiçadas, por ocasião da chegada de uma frente de expansão que dilatava a linha da fronteira colonizada.¹²

Pode-se ver facilmente que a tradição violenta se mantém mesmo na atualidade como se comprova facilmente pelo noticiário jornalístico. Grilagens, expulsão de posseiros, ação de jagunços e pistoleiros profissionais, trabalho escravo, tudo isso aparece na mídia com frequência monótona.

Junte-se a isso o perfil nitidamente masculino das primeiras décadas da colonização e a existência da família patriarcal tão bem descrita no livro de Eni de Mesquita Samara, *A família brasileira*:

Localizada, nos primeiros séculos da nossa história, principalmente no ambiente rural, dispersa pelos latifúndios monocultores, condicionou seus membros a uma certa trama de relações aparentemente estáveis, permanentes e tradicionais. Nesse contexto era quase uma contingência para os indivíduos de se incorporarem às famílias ou grupos de parentesco, que funcionavam ao mesmo tempo como organizações defensivas e centros de propulsão econômica. O chefe da família ou do grupo de parentes cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a

10. Queiroz, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977. p. 46.

11. *Ibid.*, p. 40.

12. Caio Prado Jr. desenvolveu nas páginas iniciais de sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia* (São Paulo: Brasiliense, 1965), o conceito de sentido da colonização brasileira, apontando as motivações profundas e as diferenças entre colônias de exploração e de povoamento.

honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob a sua influência. Isso significa que, na monotonia da vida colonial voltada para o lar e impregnada por esse familismo, o retrato da família traçado por Capistrano de Abreu parece adequado: “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”.¹³

O autoritarismo, no Brasil, associado à violência, não foi, pois, um mero acidente de percurso, mas como já se viu, a consequência pura e direta do modo pelo qual desde o início da formação da colônia se estruturaram a economia, a vida social, a vida familiar, a vida política.

Autoritarismo *estrutural*, para nós, será àquele que deriva do modo pelo qual o Brasil se organizou econômica e socialmente a partir do modelo de colonização levado a efeito, em função do comportamento discricionário que o escravismo, o latifúndio e a monocultura exportadora colonial não podiam deixar de acarretar, e exercido costumeiramente conforme o poder de que dispunha o agente e a condição de dependência a que estava submetido o paciente. Pagamos, nesse ponto, nosso tributo à contribuição de Marx, quanto à conceituação do que seja a base econômica de uma sociedade. É, portanto, segundo tal conceituação, um dado *infraestrutural*, decorrente do modo pelo qual a sociedade brasileira se organizou ao longo do tempo.

A par do autoritarismo estrutural, denominamos autoritarismo *institucional* aquele cuja ação decorria — e decorre até o presente — do regime jurídico adotado, fruto, portanto, da existência de normas legalmente sancionadas no país, num dado momento de sua história. O surgimento de tal gênero de institucionalização legal do autoritarismo é, no caso, um fenômeno de existência praticamente ininterrupta no Brasil.

Assim foi, na Colônia, no Império, na Primeira República,¹⁴ no precário regime indefinido e carente de Constituição que mediou o triunfo da Revolução de 1930 e a reconstitucionalização de 1934, no brevíssimo período constitucional compreendido entre a promulgação da Carta Magna de 1934 e o golpe de Estado que instaurou o assim denominado Estado Novo de 1937. O mesmo quanto à República de corte liberal instituída pela derrubada do Estado Novo e vigente até o golpe militar de 1964, em que a Constituição de 1946, que apresentou tantos aspectos liberais, foi bastante autoritária e res-

13. Samara, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. Tudo é História. v. 71.)

14. Uma rigorosa disposição legislativa, conhecida como Lei Celerada, foi estabelecida na República Oligárquica por iniciativa do senador Adolfo Gordo, membro da elite cafeeira de São Paulo, o Estado que já concentrava a maior parte da indústria brasileira. Permitia ao governo federal decretar a expulsão liminar dos cidadãos estrangeiros cuja ação trabalhista, associativa ou doutrinária fosse considerada pelas autoridades policiais como perigosa para o bom andamento da vida econômica e social do Brasil.

tritiva no que toca aos direitos de organização do trabalhador.¹⁵ Quanto à ditadura militar sob o autoritarismo dos generais-presidentes, foi o período de vigência plena da Doutrina de Segurança Nacional criada pela Escola Superior de Guerra, tópico de interesse central em nosso trabalho.

Com relação a tal conceituação de autoritarismo *institucional*, somos ainda tributários de Marx no que toca à justificação do nome que adotamos para tal fenômeno, melhor dito, para este *epifenômeno*. É a expressão mais adequada de uma dada base material, que se, a partir de determinado momento, deixou de ser escravista e passou a se apoiar no trabalho livre, fosse do imigrante, fosse do trabalhador nacional, nem por isso ganhou conotações menos autoritárias.

Pretendemos não incorrer em nenhum reducionismo mecanicista de ligar estritamente a superestrutura institucional à base material, pois é sempre necessário considerar o quanto de autonomia existe nas esferas em questão, em especial no que se relaciona às ideias e doutrinas, nem sempre havendo correspondência de maneira clara e efetiva.

Para isso, não se pode deixar de reconhecer a contribuição de Gramsci, no que toca ao papel dos intelectuais como organizadores da cultura — título, aliás, da tradução em português de uma de suas obras — em que destacou o papel do *intelectual orgânico*. Trata-se daquele pensador, historiador, sociólogo, jurista, escritor ou jornalista que está de tal modo inserido em um determinado grupo social que se torna o seu real porta-voz ideológico, ou um divulgador de ideias no seio do grupo em questão, ou, ainda, a ambos, ideólogo e divulgador.¹⁶ Isso, faça ele ou não parte dos estamentos universitários, acadêmicos, pois mesmo um modesto jornalista empregado, como no século XIX foi o conservador Justiniano José da Rocha, se conseguir atuar no sentido de mobilizar a sua intelectualidade, a sua inteligência, o seu trabalho, para poder influenciar uma parcela da população, estará cumprindo esse papel de intelectual orgânico.

As manifestações autoritárias institucionais surgiram tanto nas relações de trabalho quanto no direito de organização legal dos possíveis grupos sociais reformistas ou contestadores, que de início procuraram limitar o autoritarismo das elites. Foi esse, especificamente, tanto o caso da legislação repressora das reivindicações trabalhistas quanto como do mesmo modo

15. Em pleno regime democrático, sujeito à Constituição Liberal de 1946, o Ministério do Trabalho prosseguiu intervindo na vida sindical, impugnando chapas e candidatos que não lhe parecessem confiáveis.

16. Ver Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b. (Col. Perspectivas do Homem, Série Filosofia, v. 48.)

atuou com relação aos diversos cerceamentos dos direitos de organização política do trabalhador e do povo em geral. Essa orientação compressorá consistiu na repressão à existência e atuação dos sindicatos, antes de 1930, assim ainda no controle sindical por parte dos órgãos oficiais vindo por meio do Ministério do Trabalho, a partir do regime de 1934 e agudizado com o Estado Novo. E, ao lado disso, a cooptação de líderes sindicalistas e mais a tendência para a formação de oligarquias sindicais, somadas à orientação repressiva governamental.

Tal repressão institucional apenas foi mitigada, e não eliminada com a Carta de 1946, como lembrou João Almino. Nela foram mantidos dispositivos legais criados pelo Estado Novo, ou instituídos outros, dificultando a criação de sindicatos, a não ser com a assistência do Ministério do Trabalho. Tais circunstâncias facilitaram ao extremo a impugnação de chapas eleitorais concorrentes à direção dos órgãos sindicais quando não merecessem o *placet* do Ministério do Trabalho e confirmaram o direito estatal de intervenção. Quanto às liberdades de pensamento, reunião e desfile (manifestação), assim como à de organização de partidos — visando impugnar o registro do Partido Comunista do Brasil —, foram vários os expedientes dos legisladores ditos liberais, que assim dificultaram ao máximo essas atividades.¹⁷

O autoritarismo foi também um fator das restrições impostas a partidos políticos contestadores que pudessem significar alguma resistência ao domínio das elites. Tal foi o caso do Partido Comunista do Brasil, que caiu na ilegalidade já nos seus primeiros meses de existência, em 1922, voltando a conhecer a luz do sol por pouco tempo, anos depois: recuperou o direito de cidadania em 1945, para ser novamente posto na ilegalidade em 1947, da qual sairia definitivamente só em 1985, e isso, porque perdera totalmente os resquícios que ainda pudesse ter de ação transformadora revolucionária.

Se proibições de organização por parte dos trabalhadores eram severas, para os militares eram muito mais, sobretudo quando as entidades associativas eram tidas como quebra da disciplina e ofensa à hierarquia.¹⁸ No que toca a marinha, as restrições e consequentes punições eram mais graves.

17. O tema em questão é excepcionalmente bem estudado por João Almino de Souza Filho, em sua obra *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

18. Os militares em geral reivindicavam oficialmente por meio das altas hierarquias, os oficiais gerais, com todas as limitações que o conservadorismo da maioria da cúpula militar sempre apresentou, além de sua quase sempre extrema subordinação às normas de disciplina e hierarquia, os pilares básicos da vida militar. Os movimentos de mulheres de militares, pelo menos após a redemocratização de 1988, são algumas vezes realizados para que os protestos sejam levados a efeito, em especial os que se referem às queixas com relação aos soldos, sempre insatisfatórios.

As mudanças de regime e a continuidade da tradição autoritária

A história mostra que as mudanças de regime pouco influíram para modificar a tradição autoritária brasileira. No Império,¹⁹ quando se constituíram as normas jurídicas consagradoras do autoritarismo legalmente organizado, impôs-se a regulamentação das eleições fraudulentas e plenas de violência, com o partido no poder, impondo o seu desejo.

Não era a vontade popular que fazia o Legislativo. As maiorias parlamentares eram feitas pelo partido que estivesse no poder, com sua rotatividade garantida pelo uso, por parte do monarca, do Poder Moderador. Os resultados das eleições, portanto, nada mais faziam que referendar as decisões do partido sido colocado no poder pelo ato imperial, retirando do voto popular qualquer laivo de representatividade, ainda que o próprio critério de qualificação do eleitor já fosse suficiente para reduzir drasticamente o número dos participantes de tal escolha.²⁰

A proclamação da República e os governos que se seguiram revelam bem que o autoritarismo militar — é bom que se recorde — decorreu de um golpe de Estado militar. A saída de Deodoro, pela renúncia, quando estava em vias de assumir sem rebuços a condição de ditador, ocorreu sob a ameaça dos canhões da Armada. O mesmo autoritarismo, cercado de plenos poderes, esteve presente durante o governo de Floriano Peixoto, enfrentando e vencendo a revolta da mesma Armada que pouco antes derrubou Deodoro.

Prudente de Moraes, ao lado das agitações dos partidários do falecido presidente Floriano, conheceu também a mortandade de Canudos, que provocou a profunda indignação de Euclides da Cunha. Durante o quadriênio Rodrigues Alves, no decorrer da Revolta da Vacina, se deu o grande descontentamento popular com a maneira autoritária com que foram realizadas as obras de modernização do centro do Rio de Janeiro. Junto com tal revolta, ocorreu o levante dos cadetes da Escola Militar, severamente reprimido.

O governo de Afonso Pena se iniciou de forma pacífica, mas seu término se deu com as agitadas gestões para o encaminhamento de sua sucessão, com

19. O voto censitário era outro dispositivo constitucional que limitava a participação popular nas eleições, ao exigir uma renda mínima para a qualificação do eleitor.

20. O Código Civil, o *corpus* destinado a regulamentar as relações sociais, não foi sequer esboçado durante o período imperial. Por isso, o máximo a que se chegou foi a organização de uma grande coletânea, denominada Consolidação das Leis Civis, a cargo do jurista Teixeira de Freitas. Foi somente com a República — após a Abolição, portanto — que se começou a tratar do Código Civil, cujo anteprojeto, feito por Clovis Beviláqua, somente foi aprovado em 1916.

as ambições do senador Pinheiro Machado manobrando para impor o nome do inábil marechal Hermes da Fonseca. E o governo deste foi pleno de agitações, notadamente nos Estados do Nordeste, em que as intervenções federais, removendo presidentes de Estado que não fossem aceitos pelo grupo no poder, receberam o nome de *salvações nacionais*.

E, fato ainda mais grave, a revolta popular messiânica do Contestado, em que camponeses espoliados da região disputada por Paraná e Santa Catarina lutaram de início contra as forças dos jagunços, dos grileiros, dos coronéis e da empresa Lumber, de capital norte-americano, que recebera concessões para construir uma ferrovia, explorar madeira e vender terras, a maior parte delas griladas dos camponeses que as ocupavam. Com o agravamento do conflito, a presença das tropas do Exército na região serviu para massacrar os camponeses, pois a lição de Canudos não fora aprendida, ainda que não houvesse transcorrido sequer vinte anos entre um episódio messiânico, no sertão do Nordeste, e outro muito semelhante na região sul do país.

O período de Wenceslau Brás, que se iniciara pacificamente, terminou agitado pelas greves de São Paulo e Rio de Janeiro, iniciadas em 1917, e que receberam forte repressão policial.

O quadriênio Epitácio Pessoa foi encerrado com o levante dos Dezoito do Forte de Copacabana, por jovens militares — os *tenentes* — que se pronunciaram revoltados com o conteúdo das cartas falsas atribuídas ao muito antipático vencedor das eleições para a sucessão presidencial, Artur Bernardes. Tal movimento da mocidade fardada apresentou como elemento diferencial o fato de que tais jovens oficiais, se não tinham um programa político definido, nem por isso deixavam de ter o objetivo sincero de reformar as instituições, e estavam fartos de ver os desmandos das oligarquias estaduais, diante da impotência do Exército. As cartas falsas, portanto, não foram mais que o estopim, uma vez que o clima estava tenso entre os jovens tenentes e capitães, que apesar de “não saber o que queriam, sabiam o que não queriam”, a ainda que com o tempo viessem, em sua grande maioria, a botar de lado tais propósitos reformistas, notadamente quando foram *promovidos a capitães*.

O descontentamento dos militares com o fato de Epitácio haver atribuído as duas pastas da Guerra e da Marinha a civis foi outro motivo de irritação para a jovem oficialidade. E o resultado, além do levante do Forte de Copacabana, foram, sob Artur Bernardes, os levantes de 1924, em São Paulo — cidade que recebeu violento bombardeio dos canhões da artilharia federal —, e, logo a seguir, a marcha da Coluna Prestes.²¹

21. Sobre os *tenentes* de 1922, um dos trabalhos mais recentes é o de Vavy Pacheco Borges, *Tenenismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992. Há ainda três obras de Maria Cecília Spina Forjaz:

O governo Bernardes transcorreu praticamente todo sob o estado de sítio, com as tropas regulares lutando inutilmente contra a Coluna Prestes. Em sua retaguarda, a polícia política agiu com total liberdade, ainda que não tenha obtido a mesma fama que a do Estado Novo.²² E seu sucessor, o presidente Washington Luís, se inicialmente gozara de grande popularidade, com o passar do tempo começou a perdê-la, em especial ao desagradar os que ficaram descontentes com o fato de haver imposto o seu sucessor, Júlio Prestes.

O mesmo pode ser dito da Revolução de 1930, em que algumas tropas rebeldes do Exército nacional e de várias Polícias Militares estaduais, aliadas a combatentes civis revolucionários, enfrentaram outras unidades do mesmo Exército e de outras Polícias Militares estaduais fiéis ao governo federal e aos governos estaduais aliados do presidente Washington Luís, que acabaria por ser deposto por uma junta de dois generais e um almirante que exerciam o comando no Distrito Federal. O levante de 1930 foi contra o autoritarismo de Washington Luís e — dizia-se — também o das oligarquias, e em breve o novo regime instaurado passou a agir com tanto autoritarismo quanto.

Em 1935, unidades do Exército participaram de três levantes comunistas quase que simultâneos, o primeiro iniciado em Natal, ocorrendo a seguir, logo depois, outro no Recife, e o terceiro, igualmente logo depois após o segundo, passando-se no Rio de Janeiro — o levante do Terceiro Regimento de Infantaria, que passou para a história pró-governo sob a designação de Intentona Comunista de 1935. Pode-se dizer que se tratou do último movimento tenentista, por parte dos jovens militares que conservaram os ardores revolucionários — em oposição aos que se apaziguaram quando Getúlio fez com que fossem promovidos a capitães — desejosos agora não mais de meras reformas, mas de uma autêntica revolução, de cunho marxista, e que foi frustrada não só pela ação enérgica das demais unidades militares, mas também pelo fato de que o apoio popular não ocorreu na proporção esperada pelos que organizaram tal tentativa. Houve alguma adesão popular em Natal e no Recife, mas nenhuma no Rio de Janeiro.²³

O Estado Novo, cuja responsabilidade geralmente é creditada a Getúlio, foi um movimento que começou nos quartéis, sob o comando dos generais

Tenentismo e política. Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, São Paulo: Polis, 1978; *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense, 1988. Edgar Carone, clássico estudioso da República, é autor de *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas* (São Paulo: Difel, 1975) e trata do assunto, igualmente, em *Revoluções do Brasil contemporâneo* (São Paulo: Difel, 1965), além das menções no decorrer de suas demais obras voltadas para o período.

22. A polícia de Bernardes, chefiada pelo general Fontoura, cometeu vários desmandos, entre eles o assassinato, no Rio de Janeiro, do empresário Conrado Niemayer, dado como suicídio.

23. Silva, Hélio. *O Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Tanto é que sua decretação ocorreu a partir da propaganda feita em torno da denúncia de um suposto plano comunista para tomar o poder — o Plano Cohen — forjado nas dependências do Estado Maior do Exército, a partir de um estudo hipotético de autoria do capitão integralista Olympio Mourão Filho.²⁴ E o término do Estado Novo, com a deposição de Getúlio, deveu-se a outro movimento militar, desfechado, aliás, por generais entre os quais estavam os mesmos Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, que participaram da instalação daquele regime autoritário e que deram sustentação à ditadura getulista, sendo Dutra conhecido como o *Condestável do Estado Novo*.²⁵

Góes Monteiro, naquela ocasião era o chefe do Estado Maior do Exército — foi o militar que exerceu tal cargo por mais longo tempo em toda a História do Exército, assim como Dutra foi o ministro da Guerra com maior tempo de exercício. Já na ocasião ele era há muito o principal pensador militar brasileiro de então, no que toca à grande receptividade de suas obras, por parte do oficialato. O general Góes Monteiro foi o ideólogo do corpo doutrinário que descreveu com o título de Política *do* Exército, em oposição à prática da política *no* Exército, o uso da instituição para que se promovessem os interesses partidários, que condenava.

Quanto ao autoritarismo do Estado Novo, não é preciso que se insista muito, tão conhecido é, com as prisões do capitão Filinto Müller lotadas de opositores, e as torturas cometidas contra a maior parte dos prisioneiros ficaram comentadíssimas. O caso da deportação da mulher de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, grávida, para ser assassinada numa prisão nazista revoltou a opinião pública internacional. E, ao lado da censura da imprensa, do suborno de elementos cooptáveis, a grande quantidade de exilados.

O governo Dutra foi marcado por vários atos abusivos, como o fechamento do Partido Comunista, que finalmente se submetera às normas legais; a perseguição dos partidários da exploração nacional do petróleo — em especial os militares que seguiam tal posição — e algumas perseguições pessoais a jornalistas opositores.

Se pôde ocorrer uma intervenção em 1955 em favor da lei, com relação à posse de Juscelino Kubitschek, ameaçada, se foi uma ação em defesa da Constituição, nem por isso deixou de ser um ato autoritário, uma vez que transcorreu com a participação somente de militares, comandado pelo mare-

24. Ver Mourão Filho, general Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

25. O termo “condestável” é um arcaísmo usado em Portugal, na Idade Média, para designar o comandante supremo do exército.

chal Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra do governo que pretendeu impedir a sucessão legal, tal como mandava a Constituição, sem que os civis dessem qualquer contribuição, a não ser o apoio moral dos que estavam com a legalidade. Tal movimento, dos mais singulares na História do Brasil, um ato de força do Exército contra o governo legalmente constituído, com a finalidade de defender a Constituição que o mesmo governo legalmente constituído pretendia violar, ficou conhecido como o *contragolpe preventivo* de 11 de novembro de 1955, ou Novembrada.²⁶

No que toca a tal episódio, há de se considerar o autoritarismo udenista, na ocasião sob os auspícios de Carlos Lacerda.²⁷

Em continuidade a esse tema, os demais sobressaltos do período Juscelino, com as rebeliões da Força Aérea nas bases de Jacareacanga e Aragarças, prontamente controladas pelo governo. O governo janista, igualmente, se caracterizou pelo choque de dois autoritarismos, o presidencial e o parlamentar. E nada mais autoritário que a tentativa militar de impedir a posse do vice-presidente João Goulart em 1961. Quanto ao golpe de 1964, ainda que tantos civis estivessem envolvidos, a ação militar é que foi decisiva, e não há qualquer dúvida quanto ao autoritarismo desse movimento, nem quanto à indispensabilidade das tropas para que o golpe obtivesse êxito.

E, corolário de nossa pesquisa, a questão da Doutrina de Segurança Nacional, a mais recente formulação teórica autoritária destinada a inspirar a vida política brasileira e a orientar o comportamento social. Essa doutrina, aliás, foi a inspiradora da introdução do ensino de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil no ensino secundário e de Estudos de Problemas Brasileiros em todos os cursos superiores do país, empreendimentos que em si mesmos nada teriam de condenatório, se não tivessem sido a tentativa de criar doutrinação.

Outro objetivo da nossa investigação é o de estabelecer a relação da tradição autoritária brasileira e da Doutrina de Segurança Nacional com alguns aspectos da política econômica dos militares golpistas de 1964, em especial com o momento que ficou conhecido como *milagre econômico brasileiro*. Período compreendido entre 1969 e 1973, em que, se o Brasil mais cresceu e se desenvolveu do ponto de vista econômico, há de se recordar das palavras do

26. Sobre a ação do marechal Lott contra o golpe tentado por Carlos Lacerda, há excelente descrição dos fatos na obra de Wagner William. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott* (Rio de Janeiro: Record, 2005), a biografia daquele destacado militar. A favor do golpismo engendrado com a cumplicidade de Carlos Luz há o livro *Radiografia de novembro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961).

27. Sobre Carlos Lacerda, destaca-se a minuciosa e recente obra de Marina Mendonça, *O demolidor de presidente: a trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)* (São Paulo: Códex, 2002).

próprio general-presidente Emílio Garrastazu Médici: “a economia ia bem, mas o povo vivia mal”. Era uma situação decorrente das características do modelo econômico seguido, fruto do conluio entre os tecnocratas e os militares no poder e no comando da Escola Superior de Guerra. O motivo pelo qual o general-presidente assim se manifestou não é conhecido, se era ou não um ato falho. Mas a verdade é que ele falou, e depois nada fez para que o povo pudesse viver melhor.

A “presciência das elites” e sua contribuição ao autoritarismo

A exclusão do povo quanto à participação do processo político é perfeitamente adequada a um traço de comportamento muito típico das elites políticas brasileiras, no que toca à participação popular. Trata-se de um modo de pensar que é especificamente visível no caso da UDN, a União Democrática Nacional — partido que sempre foi extremamente ligado às Forças Armadas e que participou ativamente do golpe militar que instaurou o regime autoritário brasileiro. Esse partido praticou em muitas oportunidades o comportamento que passou a ser denominado *presciência das elites*, especificamente destacado por Maria Victoria de Mesquita Benevides, em seu clássico trabalho sobre aquele partido político.²⁸

A essência da tese da presciência das elites é a consideração de um determinado grupo sobre de si mesmo segundo a qual, pelo simples fato de ser uma elite, estará em melhores condições que o povo para saber o que será bom para o país — e nisso inclui-se o próprio povo. Uma elite, por definição, é um grupo selecionado, um escol, e, por isso, representa o que há de melhor em uma dada categoria política. Uma elite política, segundo tal óptica, é intelectualmente superior, e por isso, por essa sua superioridade sobre o conjunto da população, saberá o que fazer para servir melhor ao povo em geral. Daí o não conformismo das elites com relação às derrotas eleitorais. E se tais derrotas ocorrerem diante de candidatos ditos populistas — ou que assim sejam vistos, de acordo com os seus critérios, o ressentimento será ainda maior.

A autora, com excepcional desempenho, logrou demonstrar a íntima relação que há entre elitismo, o traço tão característico da UDN, a tese da presciência das elites, vinda do século XIX, já nas colocações de Bernardo Pereira de Vasconcelos — exemplo máximo do conservadorismo da primeira

28. Benevides, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 252. (Col. Estudos Brasileiros, v. 51.)

metade do século XIX —, e claramente assumido pelo citado partido elitista, e o golpismo. O motivo da presença constante do desejo de tomar o poder à força é fruto do despeito contra as decisões das urnas eleitorais. Golpismo esse que é pregado e levado aos fatos sob a forma da curiosa inversão de considerar o resultado legal de um pleito como golpe contra a democracia e apelar para a ação interventora das Forças Armadas para instaurar o governo que entende ser democrático.

Dessa tese surge o argumento de que o povo é incompetente para agir com responsabilidade no campo da política e precisa ser educado e guiado; os educadores e guias, sem dúvida, serão os membros da elite que assim se expressam. Nesse sentido, a autora transcreve a fala do jurista Afonso Arinos, um dos mais destacados, ilustres e ilustrados membros da UDN do antigo Estado da Guanabara. Deixa claro que esse líder partidário não só reconhece esse elitismo, mas o assume, orgulhosamente, quase como que dando o seu reconhecimento ao que seria uma missão didática de seu partido.

É o que se vê em entrevista concedida a um jornal que, significativamente, está desde as suas origens associado à tradição liberal e, quanto à UDN, teve a maioria de seus diretores e principais redatores vinculados à sua organização em 1945. A publicação em pauta é o matutino paulista *O Estado de S. Paulo*, edição de 21 de março de 1976, portanto, sob a plena vigência do Ato Institucional n. 5, ainda que em tempos menos trágicos que os anos Médici.

Assim, o jurista Afonso Arinos afirma que:

[...] quando Antônio Carlos [Ribeiro de Andrada e Silva, presidente do Estado de Minas Gerais em 1930] lançou seu famoso “façamos a revolução antes que o povo a faça”, muitos críticos mordazes consideraram tais palavras como maquiavelismo, talvez como cinismo político, mas tal não era. Pela boca do Andrada falava a continuidade mineira, a qual tem como elemento importante *a presciência das elites em relação aos grandes movimentos populares* Antônio Carlos, o homem de elite como os que mais o fossem, repetia o pensamento dos intelectuais da Inconfidência, de [Bernardo Pereira de] Vasconcelos, de [Marquês do] Paraná, de [Teófilo] Ottoni. A revolução, para ele, era o caminho da ordem contra o autoritarismo, o restabelecimento do direito contra a prepotência. O mesmo papel representaria Virgílio de Mello Franco em 1945 e em 1964, Pedro Aleixo e Milton Campos.²⁹ (Grifo nosso)

Benevides considera que um elitismo tão abertamente assumido patenteia dois traços frequentes na trajetória da UDN: o fato de identificar as reivindicações populares e, em especial, as de cunho trabalhista, com a desordem,

29. *Ibid.*, p. 252-53.

o caos, e um grande desprezo pelo povo, pelas massas. Esse traço constitutivo do udenismo estava, em suas palavras,

[...] refletido na permanente revolta com a derrota nas urnas, considerada “fruto da ignorância popular”. A soma desses dois elementos constituiria um sólido argumento para a defesa da intervenção militar e da repressão ao movimento operário (a “anarquia e a subversão”) por um lado, e do golpismo e da contestação dos resultados eleitorais, por outro.³⁰

A autora vai além, ao buscar expressões ideológicas do elitismo daquele partido, comentando artigo do jornalista Plínio Barreto, no mesmo jornal *O Estado de S.Paulo*, em 1947, investindo contra a vitória de Adhemar de Barros na disputa pelo governo estadual paulista, em que o candidato udenista Almeida Prado obteve o último lugar. Defende a tese segundo a qual “o povo não sabe votar” e aponta, ironicamente, uma série de preceitos que teriam que ser adotados pelos candidatos desejosos de obter votos populares, uma vez que o povo, em geral, possui,

[...] como aquela personagem de Machado de Assis, uma irresistível tendência para o pulha [...] A eleição seria, assim, uma espécie de jogo do bicho [...] O ideal será a abolição completa da gramática e esterilidade absoluta das ideias. Procure apenas glosar os ditos populares e as frases em voga. Tudo isso no estilo dos cafés, dos bilhares, do futebol [...] O candidato que não consiga disfarçar sua distinção estará perdido. A vulgaridade deve ser completa: nas ideias, na linguagem, no vestuário, nas maneiras e até na cara.³¹

Benevides prossegue, considerando que os termos empregados pelo jornalista Plínio Barreto

[...] combinavam bem com o antipopulismo exacerbado da UDN e a firme convicção de que eram, realmente, “os melhores”, sendo, portanto, um absurdo perderem as eleições.³²

Uma confissão sincera quanto a tal comportamento aparece em depoimento de Luís Arroba Martins, que em dado momento foi presidente da seção paulista da UDN, quanto à ambiguidade de seu partido, tal como consta em depoimento prestado a Maria Victoria de Mesquita Benevides:

Os udenistas eram sinceramente liberais, mas seu liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam

30. *Ibid.*, p. 253.

31. *Ibid.*, p. 253.

32. *Ibid.*, p. 254.

com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência de que formavam a elite brasileira, e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto. Então chegavam à conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E, para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha a pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertenciam à elite, e pôr a elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, essa elite preparava, de fato, o povo para votar “certo”. Ou seja, *o golpe para corrigir aquilo que o povo havia feito errado*. E poder implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse!³³ (Grifos nossos)

Carlos Lacerda não poderia deixar de ser citado, e Benevides veicula uma de suas máximas. Assim, aquele líder,

[...] “ao defender o golpe para evitar o golpe por via eleitoral” [estaria defendendo a tese de que] os fins justificariam os meios e *a causa maior seria, sempre, a defesa da democracia*.³⁴ (Grifos nossos)

Exatamente o motivo que foi invocado em 1964, finalmente triunfante, ainda que a UDN tivesse “ganhado, mas não levado”, como se dizia na linguagem popular, uma vez que o poder ficou com seus aliados militares, até então figurantes secundários pouco antes e logo depois dos atos golpistas defendidos pelo partido, e que nesse momento resolveram colocar em prática um projeto próprio. Um projeto militar, gestado na Escola Superior de Guerra e veiculado pela Doutrina da Segurança Nacional. Por isso, não devolveram o poder aos civis, logo depois de consolidada a vitória.

Benevides discute se o golpismo udenista,

[...] é um deslize ou uma ruptura. Isto é, o golpismo faz parte da UDN, ou é monstro gerado que a paternidade renega? É degenerescência da UDN ou já é outra coisa? O golpismo udenista não é deslize, não é ruptura. Está, como diria Michel Debrun, “no coração da própria ideologia”, a que serve de suporte para os apelos aos militares, sempre decorrentes da fé inabalável na “presciência das elites”, na “imaturidade do povo” e na identificação de reivindicações sociais com anarquia.³⁵

Assim foi — a autora prossegue — porque:

A ética dos fins últimos termina por prevalecer, na crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia, [porque] “as ditaduras podem ser uma preparação para a democracia, e aí podemos falar de uma ditadura educativa”, afirma Franz Neumann, “muito diversa, porém, dos casos revo-

33. *Ibid.*, p. 254.

34. *Ibid.*, p. 254.

35. *Ibid.*, p. 255.

lucionários, da ditadura do proletariado para a verdadeira democracia”. E continua: “no caso conservador, a ditadura se apoia nos tradicionais grupos de mando (indústria, finanças, agrários, forças armadas, burocracia e judiciário) que estavam comprometidos com um mínimo de legalidade formal, de vez que uma rebelião aberta muito prejudicaria suas posições e segurança”.³⁶

A autora, assim, conclui:

A crença nessa ditadura pedagógica parece ter sido inspiradora do papel dos liberais udenistas em 1964, apoiados exatamente naqueles grupos tradicionais apontados por [Franz] Newmann.³⁷

O golpismo udenista não seria tese defendida abertamente por todos os membros daquele partido. Nesse sentido, há uma voz discordante, a do mineiro Oscar Dias Correa, integrante do grupo udenista denominado *Ala dos Bacharéis*, que em tese era um setor legalista, e que procurou minimizar essa acusação.

Segundo Benevides, Dias Correa, que ocupou o cargo de ministro da Justiça do governo Sarney,

[...] discorda da fama de golpista atribuída à UDN, creditando-a unicamente a Lacerda, “ao defender o golpe, diária e abertamente, embora não dispusesse de um canivete sem cabo a que faltasse a lâmina, ou de um soldado sem fuzil [...] havia muitas vozes discordantes, e cito apenas um, dos grandes que se foram, Aduacto [Lúcio Cardoso]”.³⁸

Que fosse Lacerda o único golpista da UDN, e que estivesse assim tão desprovido de apoio militar, sem sequer o tal canivete sem lâmina e sem cabo, ou sem nem mesmo um soldado sem fuzil, os acontecimentos de 1954, 1955, 1961 e 1964 depõem totalmente em sentido contrário. Fica apenas consignado o depoimento daquele importante udenista, feito, como se costuma dizer, meio *por honra da firma*.

Tanto o golpismo era traço constitucional do udenismo, fruto de seu elitismo, de sua visão antipopular, de sua aceitação total da tese da presciência das elites, que há outra defesa aberta das intervenções militares, feita por um dos primeiros governadores de estado eleitos pela UDN, Oswaldo Trigueiro, do estado da Paraíba. Suas palavras textuais, em defesa do golpe como um

36. *Ibid.*, p. 255.

37. *Ibid.*, p. 255.

38. *Ibid.*, p. 254.

“expediente legítimo e aceitável”, proferidas em entrevista concedida a Benevides, são do mais exacerbado pragmatismo. Em suas palavras:

O objetivo de todo partido político é a conquista e o exercício do poder. Quem não deseja governar, vai para as academias, ou para as ordens religiosas. Na pequena minoria das nações realmente democráticas, todos os partidos rejeitam a hipótese do golpe de Estado, porque podem chegar ao poder normalmente, periodicamente, e até mais facilmente através das eleições. Mas nos chamados países em desenvolvimento — como os da América Latina em geral — as conspirações fazem parte da rotina política e as revoluções e os golpes são tidos como processos legítimos, ou pelo menos, aceitáveis, da ação política [...] A UDN não detém o monopólio das conspirações de que participou, em alguns casos, inocuamente.³⁹

Pragmatismo indisfarçado, claro, inequívoco, uma vez que deixou claro que o que importa, de fato, é o poder, vindo do modo que vier. Como se dissesse que como todos querem dar golpes, a UDN também poderia fazê-lo, apesar de toda a sua pregação legalista.

E os exemplos citados por Benevides se seguem, enumerando outras personagens e outros momentos da vida brasileira, alguns mesmo de tempos anteriores ao surgimento daquele partido político e, assim, podemos dizer que enumerá-los ainda mais seria realmente de uma repetitividade monótona. Muitos outros mais encontraríamos se fôssemos buscá-los em outras fontes e depoimentos, a começar por autores que viveram nos tempos do Império, da República oligárquica e em épocas seguintes, que antecederam o udenismo, como a década de 1930.

Outros autores, antes mesmo de Benevides, trataram do tema da prescência das elites, como traço geral do comportamento de tal estrato político brasileiro — os liberais autoritários. Oliveiros da Silva Ferreira o fez ao analisar a Doutrina de Segurança Nacional nos quadros da historiografia das ideias políticas brasileiras, e José Honório Rodrigues, de modo panorâmico, sobre como se deu esse comportamento na história do Brasil, a partir do Primeiro Reinado, até o golpe de 1964.

Quanto a Rodrigues, os exemplos são muitos, acompanhados de comentários, em especial em duas de suas obras — *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural* e *Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política* —, além do que consta de modo subjacente em *A Assembleia Constituinte de 1823* (Rodrigues, 1982, 1970, 1974). Com relação à obra *Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política*, trata-se dos textos de palestras que o autor pronunciou na própria Escola Superior de Guerra, antes da tomada do

39. *Ibid.*, p. 255.

poder pelos militares. Assim, ele demonstra que esse comportamento é uma decorrência de um estilo muito típico de tal elite, que justifica sua negação do direito do povo quanto a escolher os governantes. Trata-se da concepção conspiratória da história, o que fica muito patente em seu arrazoado:

[...] o espírito antirreforma dominou nossa história, e a conciliação formal, partidária, visava a romper o círculo de ferro do poder, para que as facções divergentes, os dissidentes, pudessem dele fazer parte. Quando o acordo, feito sempre sem nenhum benefício nacional e popular, demorava muito, os dissidentes indignavam-se e conspiravam. Foi esse o papel dos liberais na história brasileira. Derrotados nas urnas e afastados do poder, eles foram se tornando, além de indignados, intolerantes, e construíram uma concepção conspiratória da História, que considerava indispensável a intervenção do ódio, da intriga, da impiedade, do ressentimento, da intolerância, da intransigência, da indignação para o sucesso inesperado e imprevisito, tal como sucedeu em várias partes, de suas forças minoritárias.⁴⁰

Com tal comportamento, o liberalismo degenera em intolerância, e seu fator básico é o autoritarismo consistente em se partir da tese de que as elites, por sua própria condição, são os únicos setores aptos a se pronunciar sobre as melhores soluções para a vida institucional do país. É a própria negação prática dos postulados liberais.

A concepção conspiratória da história tem, no Brasil, origens liberais. Foi uma deformação ideológica, só ultimamente caracterizada e agravada, pois não temos, infelizmente, tradição liberal na forma euro-americana, e as próprias campanhas liberais só defendiam aspirações reduzidas da classe média e das elites dissidentes. Essa concepção se contrapunha ao mesmo tempo à ideia de que a história era uma aliada da vitória inevitável das forças de esquerda.⁴¹

É pertinente que repitamos uma citação que Rodrigues faz de outro autor, o sociólogo americano David Riesman:

Escreveu David Riesman que somente os bolchevistas e os jesuítas *acreditam inexoravelmente na história*. Talvez outros acreditem também que a História esteja aliada ao avanço mais ou menos radical, *mas as forças da direita, essas realmente descreem e conspiram para que seja sua a vitória*.⁴² (Grifos nossos)

Tal modo de pensar leva sempre a considerações altamente elitistas, sempre colocando no povo a *culpa* de suas derrotas. Daí as elites conspirarem,

40. Rodrigues, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 17.

41. *Ibid.*, p. 18.

42. *Ibid.*, p. 18.

numa resposta ao que vê como a conjugação dos erros populares com a crença de que uma grande conspiração, feita pelos mais variados inimigos, tenta sempre impedi-las de redimir o país e, assim, beneficiaria o próprio povo, que não entendendo as suas boas intenções, recusa o voto a seus candidatos, exatamente os que, por terem sido apresentados por ela, vê como os melhores para servir ao próprio povo. Assim, as conspirações das elites seriam sempre motivadas por seu ressentimento com a recusa popular às suas candidaturas, e seu objetivo nunca deixava de ser a salvação da Pátria. Desse modo,

[...] as conspirações [das elites] visam a interromper o processo normal da vitória majoritária, especialmente depois de derrotas nas urnas, cujo veredito jamais aceitam, culpando o povo de imaturidade pela escolha.⁴³

Fica muito clara a ligação dessa atitude com o autoritarismo, como nota Rodrigues. Ou seja, quando o povo vota em candidatos que o sensibilizam mais, pelo motivo que for, como em Getúlio, Adhemar e outros. Assim,

[...] a concepção conspiratória é intervencionista, ativista, intrmete-se no processo para deturpá-lo ou desviá-lo do curso que lhe parece adverso. E assim o processo histórico brasileiro tem sido anormalizado pela intervenção de forças minoritárias, especialmente depois do agravamento do desequilíbrio entre as aspirações populares e as instituições arcaicas.⁴⁴

Rodrigues considera, ainda, a concepção conspiratória da história segundo a óptica do historiador norte-americano Richard Hofstadter, na obra *The paranoid style in American politics and other essays*, por aquele autor citada em *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, e considerando *paranoico* o comportamento político das elites brasileiras. Assim aqueles autores entendem, porque

[...] a liderança [política brasileira] em seu conjunto, descontadas as exceções normais, revelou em muitas fases, para usar a expressão do historiador norte-americano Richard Hofstadter, um *estilo paranoico*, especialmente na época contemporânea. *O estilo de política é paranoico*, porque revela *inflamado exagero, suspeição contínua, fantasia conspiratória*.⁴⁵ (Grifos nossos)

O estilo de política paranoico a que Rodrigues se refere não é traço de patologia psicológica, mas de patologia social, pois não se localiza na mente

43. *Ibid.*, p. 18.

44. *Ibid.*, p. 18.

45. Rodrigues, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 56.

das pessoas, como se fosse doença mental, mas nos seus modos de comportamento e estilos de ação, no seu modo de ver a vida, nos seus valores sociais. Necessariamente, seu praticante não precisa ser pessoa mal-intencionada. E não o será, em muitos casos, porque tal comportamento é uma característica do ressentimento de classe, típico das camadas médias que se julgam merecedoras de fazer parte do poder, e que, na maioria das vezes, não o conseguem pelo voto direto. Julgam-se, assim, incompreendidas e injustiçadas e afirmam que só poderão salvar o país, salvar o povo de si mesmo, se chegarem ao poder por qualquer maneira, mesmo que seja pelo golpe, inconstitucional, mas justificável, por ser medida extrema, redenção do país. Desse modo, pode-se dizer sobre tais elementos que:

Não se trata de pessoas com a mente perturbada, mas do uso de modos e estilos paranoicos, nas quais o sentimento de perseguição é central, e caracterizam-se por grandiosas teorias conspiratórias. A diferença vital entre o político paranoico e o paranoico clínico, acrescenta Hofstadter, consiste em que o primeiro vê o mundo hostil e conspiratório dirigido contra ele e o segundo pensa que tudo se dirige contra a nação, afetando a vida não só dele, mas a de milhões de patriotas.⁴⁶

Surge, então, mais uma característica da paranoia que faz com que Hofstadter e Rodrigues possam diagnosticar tal comportamento político com o adjetivo usado, paranoico: a crença, obviamente ilusória, da sua superioridade sobre todos os que pensam de maneira diferente. Esse é um elemento básico para que se dê não somente a gênese da teoria conspiratória da história, mas, igualmente, para a tese da presciência das elites. Esses elementos, como são os melhores, enxergam além do que o povo o faz. Desse modo, prossegue Rodrigues:

Ele não é uma vítima única e individual da conspiração estrangeira; ele é mais racional, mais desinteressado, mais patriótico. Por isso mesmo, intensifica sua indignação moral e luta pela recuperação moral do país.⁴⁷

Afirma que não vê tais pessoas como necessariamente indignas; ao contrário, não exclui que possam agir com sinceridade:

Naturalmente, o termo pode ser entendido no sentido pejorativo, pois ele tende a se filiar mais às más que às boas causas. Mas nada impede que as últimas [as boas causas] sejam muitas vezes defendidas em estilo paranoico, e é impossível estabele-

46. *Ibid.*, p. 56-57.

47. *Ibid.*, p. 57.

cer os méritos de um argumento porque seja apresentado com acentos caracteristicamente paranoicos.⁴⁸

Rodrigues deixou claro que na segunda metade do século XX esse estilo foi o que caracterizou a ação da UDN — o partido que, desde seu surgimento, em 1945, sempre esteve relacionado com os militares. E que, a qualquer pretexto, rumava para os quartéis, açulando golpes de Estado, que seriam a *salvação do país*. Dá um claro exemplo, que aponta, sem citar nomes, para a personalidade de Carlos Lacerda, líder udenista dos mais assíduos nas portas dos quartéis:

Foi assim, para citar um exemplo contemporâneo, a campanha da UDN e de um de seus chefes mais notórios pela sua expressão, supersuspeitosa, superagressiva, grandiosa e apocalíptica. E não foi só ele, e seus companheiros de partido, mas outros, alguns sem partido, influentes nas hostes conservadoras que lutaram na imprensa de forma neurótica.⁴⁹

Por isso, essas minorias, quando repudiadas pelas urnas, sempre reagem acusando os adversários como autores de fraudes e desqualificando o eleitorado em geral que, *por estar constantemente equivocado*, vota contra os candidatos por elas apresentados e, assim, beneficia os setores que excluem do poder essa parcela da camada média. O erro é do povo. Essas elites estão sempre, assim, *vendo o povo não como ele é, realmente, mas de acordo com o que gostariam que fosse*. E com esse desejo não correspondendo à realidade, as tais elites reagem negativamente, agindo contra o povo. É o momento do apelo aos sabres, evidente resultado desse estilo paranoico de fazer política, caracterizado pelo *sentimento de perseguição constante*, e por uma muito evidente *teoria conspiratória da História*. Por isso, o seu exagero é sempre inflamado, no discurso e na ação, gerando assim uma exacerbada agressividade, no que toca ao seu comportamento político mais típico e caracteristicamente representativo.

Não foi gratuitamente, portanto, que os inimigos da UDN apodaram os seus elementos mais belicosos, os golpistas mais desaçaimados, de *vivandeiras*, as prostitutas que rondam os quartéis ou que acompanham as tropas em campanha.

Do mesmo modo, no período imperial caracterizava-se assim uma grande parte dos liberais, quase sempre muito menos realistas que os conserva-

48. Ibid., p. 58.

49. Ibid., p. 59.

dores. Por isso, essas lideranças liberais estiveram sempre muito divorciadas do povo brasileiro realmente existente, do povo real do Brasil.⁵⁰

Tal estilo paranoico de fazer política, por parte dos liberais brasileiros, já estava esboçado no primeiro dos movimentos de intervenção realizado contra um governo legal, formalmente constituído, ainda que exercido de maneira arbitrária pelo Executivo, a abdicação de Dom Pedro I. A indignação liberal, logo a seguir da queda do primeiro imperador, foi devida ao fato de que havia se mobilizado com tanto empenho e acabou por ver o poder passar para as mãos dos moderados, em breve tornados conservadores, que triunfaram em virtude de seu realismo político. Sua caracterização foi feita do modo mais perfeito por Joaquim Nabuco, ao historiar o comportamento dos liberais da época, citando as palavras de um dos mais destacados chefes liberais do século XIX, Teófilo Ottoni:

O 7 de abril [de 1831] foi uma verdadeira *journalée des dupes*. [dia dos logrados] Projetado por homens de ideias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais alta da palavra.⁵¹

Ottoni, político liberal do Segundo Reinado, é um dos personagens-símbolo que a UDN sempre apontou como um de seus nomes inspiradores. Daí o uso do lenço branco, na campanha de lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945, ao se encerrar o Estado Novo. Esse gesto — agitar o lenço branco — foi um dos atos simbólicos realizados por Ottoni, em sua campanha de 1860.

Maria Victoria de Mesquita Benevides, em trecho já transcrito, ao dizer que “o golpismo udenista não é deslize, não é ruptura”, citou o pensador Michel Debrun, para quem o golpismo udenista está “no coração da própria ideologia”. Com o desenvolvimento da tese desse autor fica inequívoco o seu pensamento, ao comparar o golpismo à brasileira, tão ligado ao udenismo, com igual expediente nos países da Europa em que já ocorreu:

A diferença do que ocorre na Europa, onde o golpismo entra, envergonhado, pela porta dos fundos, ele está aqui, instalado no coração da própria ideologia.⁵²

Atitude que deriva da tese da presciência das elites e que seria posta em prática agora, também, na tomada de decisões políticas, econômicas, educa-

50. *Ibid.*, p. 60.

51. Nabuco, Joaquim. *Um estadista do Império. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. (1813-1866). São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, 1936. t. 1, p. 21.

52. Benevides, Maria, *cit.*, p. 255.

cionais e de outras naturezas, por parte da Escola Superior de Guerra, depois do triunfo do golpe. Decisões tomadas sem nenhum tipo de consulta popular, ou sem que se ouvissem os pareceres de quaisquer intelectuais, cientistas e técnicos que não fossem membros de suas equipes, que não tivessem sido previamente cooptados. Portanto, que não gozassem de total confiança dos comandos da entidade. É o que Debrun afirma em *Militares: pensamento e ação política* — obra coletiva dirigida por Eliézer Rizzo de Oliveira:

Deve-se, portanto, promover este Brasil de cima para baixo, fazer o bem dos seus habitantes malgrado eles, até pelo menos que a massa “amorfa” tenha sido substituída [...] por uma totalidade articulada de cidadãos instruídos e responsáveis.⁵³

Nada mais de acordo com a tese da presciência das elites.

O transoceanismo como origem do elitismo autoritário

Ao dizer que o estilo paranoico de fazer política das elites brasileiras tem como fator inegável um traço característico essencial da formação intelectual das elites brasileiras, o de sempre utilizar padrões estrangeiros, nunca o nacional, José Honório Rodrigues enfatiza o fato de tal segmento da sociedade não ver o povo tal como é, mas sim como gostaria que fosse. Significa que o queria europeizado, estrangeirado, alheio às suas próprias características étnicas, nacionais. Renegando a si mesmo, portanto.⁵⁴

Conceito altamente relacionado com a presciência das elites foi enunciado em denso livro escrito em 1956 — *Contribuição à História das Ideias no Brasil* — pelo filósofo paulista João Cruz Costa, que denominou *transoceanismo* esse comportamento específico, em que se idealiza o país, vendo-o idealmente, como ele não é. Age-se assim por se enxergar não o que ocorre na realidade, na vida nacional, mas sim segundo o modo pelo qual se gostaria que o país fosse. Ou aspirando que se comporte de modo distinto ao que lhe é possível, por ter os olhos postos na Europa, *do outro lado do oceano*, portanto. Com isso, nós, brasileiros, temos, quase sempre, elites e intelectuais bastante desvinculados da realidade nacional, pois pretendem aplicar ao Brasil e aos brasileiros os modelos que valem para outros países, mas que difícil-

53. Debrun, Michel. Os dois níveis da ideologia militar. In: Oliveira, Eliézer Rizzo de (Org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987. p. 192. (Col. Forças Armadas e Sociedade, v. 1.)

54. Rodrigues, cit., 1970, p. 90.

mente serão totalmente adequados à nossa realidade, como expressão de um processo histórico endógeno e não importado.⁵⁵

Conceito semelhante consta de *Raízes do Brasil*, quando o então jovem Sérgio Buarque de Holanda, com a mestria que sempre o caracterizou, disse que somos uns desterrados em nossa própria terra. O comentário de Cruz Costa é lapidar:

[...] se é certo que, como disse Holanda, que “todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura europeia para a zona tropical e subtropical”, de que se é certo que “vivemos uma experiência sem símile” e que, “trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo”, timbramos ainda em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil.⁵⁶

O brasileiro, dessa maneira, está numa situação desconfortável quanto às ideias, uma vez

[...] que “*somos uns desterrados em nossa terra*” e que participamos de um “estilo e de um sistema de evolução naturais [próprios de] um outro clima e [de] outra paisagem”, não menos certo é que esse complexo sofre bastante com o contato e a influência do meio novo da América, recebendo dele uma ação transformadora ou modificadora dos aspectos mais salientes da civilização adventícia e que, por isso mesmo, vivemos uma experiência sem símile”.⁵⁷ (Grifos nossos)

Cruz Costa relativizou, portanto, a afirmação de Holanda, ao considerar que os traços alienígenas adotados podem ser adaptados ao nosso modo de vida, podem ser abrasileirados, ainda que não tivesse deixado de reconhecer o constante fascínio apresentado por nossos intelectuais pelas ideias de além-mar, que pode levar a muitas inadequações, se não ocorrer um esforço nacionalizador, que adapte a novidade ao nosso ambiente, à nossa cultura, às nossas tradições.

Queremos lembrar que, desde os meados do presente século, o citado transoceanismo deslocou-se, em grande parte, da Europa — notadamente a França — para a América do Norte, tomando os Estados Unidos como modelo. Dos seguidores do novo comportamento, um bom e dos mais eloquentes exemplos é o do antigo tenente e golpista de 1964, general Juraci Magalhães,

55. Cruz Costa, João. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 15. (Col. Documentos Brasileiros, v. 86.)

56. *Ibid.*, p. 15.

57. *Ibid.*, p. 15.

político udenista que governou a Bahia e que chegou a declarar, após a chegada dos militares ao poder, em 1964, que “tudo o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, e isso na condição de ministro das Relações Exteriores, o que depunha de maneira muito evidente contra sua pessoa, no que se refere à sua condição de defensor de qualquer veleidade de soberania nacional.⁵⁸

Boa parte da culpa de tal paranoia conspirativista deve-se ao modo pelo qual se dá a formação intelectual das elites, sua educação alienada com relação à realidade brasileira, contraposta à falta de condições de estudo por parte do povo. José Honório Rodrigues faz a crítica da formação de tal elite:

A minoria educada — educada por uma visão histórica falseada — e a maioria deseducada insuficiente e deprimida, ainda não se uniram em nossa história, e só nesse dia será possível a aceleração do progresso nacional.⁵⁹

Assim, as elites não entendem o povo, e este não confia nas elites. Tal divórcio entre elites e povo fez com que Rodrigues apresentasse dois de seus resultados, por parte de ambos os elementos citados, povo e elites, que em nossa História aparecem divididos, de acordo com uma profunda e evidente dicotomia:

Nos tempos normais, o povo — no seu conjunto, maioria e minoria — segue seus interesses; nos tempos anormais, os seus preconceitos.⁶⁰

Por isso, a vida política brasileira quase sempre oscila em direção à anormalidade, e isso é bastante claro nos tempos republicanos:

A República foi quase sempre anormal; foi a ordem ou até a desordem oficial contra o progresso, foi o preconceito contra o interesse. Todos conhecemos os efeitos catastróficos da repressão contínua, sem uma saída para os vencidos, os derrotados, os marginalizados. Um Estado sadio e normal encontra remédio para sua crise devolvendo-os à vida nacional, procurando uma oportunidade para incorporá-los ao país.⁶¹

As elites, como têm bem melhores condições de expressar os seus pontos de vista, sempre puderam expô-los com mais facilidade, quer pela ação de seus partidos — em especial, a UDN, após a redemocratização de 1945 —, quer, ainda, pela posse dos mais eficientes meios de comunicação de massa.

58. Dreifuss, André. 1964, *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 441.

59. Rodrigues, José, cit., 1970, p. 57.

60. *Ibid.*, p. 57.

61. *Ibid.*, p. 57.

E, além disso, há o prestígio que seus pontos de vista recebem, pelo simples fato de serem vistos pelo setor mais sugestionável da população como algo melhor, por serem emanados das elites.

Daí a facilidade que o ressentimento de classe, típico daqueles segmentos médios que não conseguem chegar ao governo, devido à recusa popular, acaba sempre encontrando para poder ser manifestado, sob a forma de indignação moral e sua reação por meio da tese da conspiração contra os seus interesses. Assim é porque apresenta esses objetivos a toda sociedade como se fossem os mais legítimos interesses gerais, e não como apenas os seus interesses imediatos de classe, dos mais delimitados e, muitas vezes, mesquinhos.

É, pois, o que Marx e Engels apresentam em *The German Ideology*, a ação da ideologia de uma determinada classe social dominante — ou pelo menos, privilegiada — como um véu que obscurece a visão dos demais membros da sociedade. Se tal objetivo for conseguido, as demais classes acabam aceitando os interesses alheios aos seus como verdade objetiva, como pura expressão do interesse geral. Somente quando essa ideologia for desmascarada será possível vê-la como expressão de outra classe social.

Assim, nas palavras de Marx e Engels,

[...] os homens e as circunstâncias aparecem de cabeça para baixo, tal como numa câmara escura.⁶²

Todas essas considerações de Rodrigues — percebe-se — fazem com que a visão política das elites se entronque com os planos elitistas das doutrinas militares, seja a de Góes Monteiro, da década de 1930, seja a da Escola Superior de Guerra.

Outra análise do conspiracionismo, no que trata do que pode ser visto como paranoia anticomunista, foi feita por Oliveiros da Silva Ferreira, referente ao período da ditadura militar. Esse autor observou um dos aspectos que também foi visto sob a óptica de Maria Helena Moreira Alves, em especial quanto às questões imputadas à presença do movimento comunista no Brasil e das diversas alegações dos adeptos da teoria conspiratória de que todas as contestações do regime eram inspiradas pela União Soviética e pelos demais países socialistas, então em confronto com os Estados Unidos, no decorrer da Guerra Fria.

O mesmo valia para toda a movimentação reivindicatória e de lutas pelas reformas que foram pretexto para o golpe. Nada teria sido fruto de reflexão endógena.

62. Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 14.

Nesse ponto, curiosamente, Ferreira, pensador mais conservador, se aproximou, de modo inegável, de um aspecto tratado por Honório Rodrigues, ainda que se tratasse de um pensador de tendência socialista. O ponto de contato entre Ferreira e Rodrigues se dá exatamente no destaque por ambos conferido à visão dicotômica da sociedade, por parte dos militares, na ênfase de Ferreira, e por parte dos civis golpistas, nas palavras de Rodrigues. Os enfoques citados são distintos, mas a mentalidade é a mesma, que fez com que as camadas médias brasileiras (civil e militar) desenvolvessem cada vez mais uma teoria conspiratória da História.

Essa visão conspiratória obviamente só pode empobrecer qualquer análise quanto a seus aspectos cognitivos, a partir de suas posições ontológicas e de seus valores, e — pior ainda — a levar à tomada de posições políticas bastante perigosas para o funcionamento das instituições democráticas, como tanto enfatizou o historiador carioca, em especial ao examinar o papel das elites liberais brasileiras — sejam as elites liberais do Império, inseridas no Partido Liberal, sejam as da República, de início nas oligarquias que dominaram o período que vai até 1930, atitude que chegou a seu extremo entre 1945 e 1964, com a ação da UDN.

E a imputação de ser elemento inspirado pelos interesses comunistas, lançada contra todos os opositores do regime militar, ocorria como se não houvesse, no Brasil de então, motivos de sobra para que ocorressem reclamações contra o governo militar, sem que o povo brasileiro, e em especial suas lideranças populares e reformistas, pudesse agir por si, tendo que pedir aos soviéticos, cubanos ou chineses maiores informações sobre como estava a vida política e social brasileira de até o golpe e depois deste, instaurada a ditadura militar, termos de perguntar àqueles a respeito da nossa vida e da nossa política, que passou a transcorrer sob o comando dos sabres.

O “poder moderado” militar. Limitante do autoritarismo

É bastante usual, na historiografia e na ciência política brasileiras, tratar o papel político do Exército como um sucedâneo do Poder Moderador, constante da Constituição imperial e que teria passado a ser exercido extraoficialmente, de acordo com as interpretações dos comandos, pelos militares brasileiros, quando das crises políticas pelas quais o país esteve ameaçado. Desse modo, José Honório Rodrigues considera, comparativamente com o papel institucional do Poder Moderador imperial, a ação dos comandos nos momentos críticos da política nacional e estabelece claramente os seus limites, que foram ultrapassados quando do golpe de 1964.

Esse autor defendeu, pois, a tese de que o Poder Moderador imperial foi um instrumento de força, o que diz em sua obra *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*, ainda que reconhecendo a necessidade de sua existência, naquela época, uma espécie de mal necessário, dada a maneira pela qual ocorria o equilíbrio de forças partidárias e o modo pelo qual eram realizadas as eleições para promover a rotatividade do poder e impedir, assim, que fosse monopolizado por uma agremiação somente. Daí o seu desvirtuamento, ao passar para as mãos do Exército, de modo prático, totalmente pragmático, mas sem base constitucional.

Nesse sentido, Rodrigues comenta que

[...] o Poder Moderador fora criado, segundo o autor da Constituição de 1824, Carneiro de Campos, depois Marquês de Caravelas, para ser uma espécie de ditadura, uma ditadura plácida, restringida a certos e bem determinados atos. Esse Poder moderava os dois partidos, o Liberal e o Conservador, que se alternavam no governo. A verdade é que o Poder Moderador repousou no equilíbrio das forças militares, a conservadora representada por Caxias, e a liberal por Osório. Acabado o regime imperial, a República teve nas Forças Armadas o Poder Moderador conciliando as divergências políticas, federais e estaduais. *Em 1964, esse Poder deixou de ser moderador, imoderou-se, tutelou tudo e com isso desequilibrou as forças sociais e econômicas da nação. O generalismo, a sucessão presidencial por generais de quatro estrelas, acabou com a República e a Federação, que eram consideradas pela própria Escola Superior de Guerra como objetivos nacionais permanentes.*⁶³ (Grifos nossos)

Rodrigues chegou, portanto, ao ponto de criar um neologismo para designar o novo tipo de governo brasileiro instaurado em 1964. Era o *generalismo* — o sistema imposto segundo o qual o presidente somente poderia ser um oficial general de quatro estrelas — o general-de-exército — e que a sua impessoalidade decorria da forma adotada de estar submetida a uma temporariedade, sem reeleição para o período imediatamente seguinte. Com isso, evitava-se a semelhança com as demais ditaduras militares da América Latina. Tais foram os casos dos generais Alfredo Stroessner, no Paraguai, no poder desde 1954, que foi sucessiva e ininterruptamente reeleito por eleições fraudadas, e Rafael Leonidas Trujillo Molina, da República Dominicana, ditadura iniciada em 1930 e somente terminada com o assassinato daquele ditador em 1961, em que pese a sua periódica substituição por mandatários títeres.

A chave para a compreensão desse suceder de generais-presidentes no Brasil era a presciência das elites. Cabe voltar a recordar a grande ligação desses militares com a UDN, a entidade política que, metodicamente, defendeu

63. Rodrigues, José, cit., 1970. p. 14-5.

essa tese. Todos os generais que foram mandatários no período em questão, sem exceção, eram, abertamente ou não, eleitores udenistas. E o mesmo com relação aos oficiais de diversas patentes e das três Forças Armadas que pertenciam à Escola Superior de Guerra, quase todos signatários do Manifesto dos Coronéis, em 1954, a começar por Golbery do Couto e Silva.

Cabe recordar, inicialmente, que os próprios membros da direção da Escola Superior de Guerra consideravam-se a elite intelectual das Forças Armadas, e, sendo essas as detentoras do poder supremo, eles eram, por definição, o ponto mais alto da elite nacional.

A ação das elites sempre foi uma preocupação de Oliveiros da Silva Ferreira, o que deixou claro em uma de suas obras mais importantes a respeito do pensamento de Antonio Gramsci, *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. Nesse sentido, o autor é claro, citando em sua análise da ação da Escola Superior de Guerra dois dos mais clássicos especialistas no tema. Um deles — Vilfredo Pareto — era elemento conservador e direitista, dos primeiros tempos da formação do pensamento sociológico europeu; o outro — Charles Wright Mills —, norte-americano, mais recente, era de formação socialista, sempre adepto de reformas sociais e prestou inequívoca solidariedade à democracia na América Latina.

Assim, Ferreira considera que:

A teoria das elites — de Pareto a Wright Mills — não é condenável em si, muito pelo contrário, [pois] tolos têm sido aqueles que [...] menosprezam o papel delas na História.⁶⁴

Mas o autor sempre enfatizou que entende por elite um grupo realmente capaz de exercer por si mesmo a hegemonia política, e não um grupo tutelado, que seria meramente uma elite operacional, não dirigente. Por isso, criticou não só os estagiários da Escola Superior de Guerra, que não seriam por si mesmos capazes de adquirir toda a qualificação necessária para que se constituíssem como um grupo dirigente digno do nome, mas também os próprios instrutores fardados, que viu como incapazes de tal desempenho, na tarefa criadora de tal elite.

Há várias considerações desse analista sobre o papel das elites, de acordo com a conceituação da Escola Superior de Guerra. É possível notar, pelas críticas que fez, o fato de tais elites, segundo os processos pelos quais se deram as suas formações naquela entidade, não estarem qualificadas.

64. Ferreira, Oliveiros da Silva. *A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro*. In: Crippa, Adolpho (Org.). *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979. v. 2, p. 270.

Ferreira, nessa análise, parte do claro pressuposto da importância das elites, conforme seus pontos de vista, mas enfatiza também os limites que tal grupo apresenta, a partir de seus interesses específicos, expressos de maneira subjetiva:

São as elites, pois, a mola propulsora do processo de mudança, embora a visão que elas têm da vida social, [como] toda avaliação de fenômenos sociais, [seja] influenciada pelo subjetivismo. (Intercalações nossas. *Manual*, 1977-1978, p. 133, cf. Ferreira, 1979, p. 271) [Assim é, pela] necessidade de o Estado disciplinar, na medida adequada, o funcionamento das empresas [...] [pois] o Estado não pode permitir que a hipertrofia de interesses particulares prejudique o esforço governamental para eliminar conflitos sociais.⁶⁵

Essas elites devem desempenhar uma função determinada, no que toca à vida nacional — que Ferreira não nega em si mesma —, pois

[...] na verdade, o papel dinâmico no processo de captar e interpretar tais interesses e aspirações latentes do povo, do qual ela [...] também é [...] parte, compete às elites. São elas, por sua participação na vida nacional, que têm a responsabilidade no processo.⁶⁶

As elites citadas, como em qualquer outro caso, em se tratando desse tipo de segmento social, devem ser as antenas destinadas a realizar a captação das aspirações populares, reelaborá-las e, assim, dar-lhes forma e conteúdo mais preciso. Quanto a isso, o texto do *Manual* é taxativo:

Cabe-lhes, assim, [às elites] interpretar os anseios e aspirações, difusos no meio ambiente, harmonizando-os com os verdadeiros anseios da Nação e com o Bem Comum, apresentando-os, de volta, ao povo, que, desse modo sensibilizado, poderá entender e adotar os novos padrões que lhes são propostos.⁶⁷

O grande problema está na qualidade dessas elites, na discutível qualidade dessas antenas, não só pelas deficiências de sua formação, que as tornava facilmente presas dos interesses grupais, quando não puramente cúmplices, mas também, na crítica de Ferreira, pelo processo por meio do qual estavam sendo formadas, com os textos simplistas do *Manual* e sua visão simplista e distorcida da História. Desses erros e simplificações conceituais dos textos do *Manual* decorriam a má formação histórica e política que a entidade oferecia aos estagiários, que pretendia transformar em membros da elite dirigente do país.

65. *Ibid.*, p. 274.

66. *Ibid.*, p. 271.

67. *Ibid.*, p. 272.

Ferreira, assim, foi taxativo em criticar o processo de falseamento da História, traçando a comparação entre o mau uso dos dados históricos pela Escola Superior de Guerra com seu uso bem mais correto pela pedagogia jesuítica, cuja superioridade reconheceu, na formação de suas elites. Além disso, tratou de mostrar um ponto em comum com relação à estratégia formadora dos quadros esguianos e as escolas de quadros dos partidos comunistas de caráter ortodoxo:

Não se reescreve — e mal — a História pátria para educar as elites. Os jesuítas tiveram o cuidado de educar os príncipes, pelo menos, corretamente. Quem reescreveu e reescreve a História é o Partido Comunista da União Soviética.⁶⁸

Considere-se que *reescrever*, nesse caso, não é reinterpretar a história, à luz de novos documentos, de novos fatos, de novos métodos, de novos enfoques, ou ainda ver a história à luz de problemas novos, que não despertaram o interesse dos historiadores de outros tempos, mas que por qualquer motivo interessam os de outra época posterior. Não é considerar a história segundo a contemporaneidade levada em conta por Benedetto Croce, e, assim, reescrevê-la sob novos ângulos que tenham para isso qualquer tipo de pertinência. Trata-se, muito pelo contrário, de falsear a história, por interesses escusos, tais como os de Stalin, que chegou a minimizar o papel de Trotski na Revolução Russa, malgrado tenha sido ele o comandante do Exército Vermelho triunfante.

Há outros exemplos de mau uso da História, contidos no *Manual*, e que se referem à justificação teórica da Escola Superior de Guerra dos tópicos que a doutrina da instituição classificou como Objetivos Nacionais Permanentes Brasileiros, entre os quais citou a integração e a democracia. Esses objetivos, formulados pela doutrina em questão, eram, basicamente, nas palavras de outro especialista no pensamento militar, Leonardo Trevisan,

[...] salvaguarda intransigente de nossa independência política, [seguida da] [...] consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios de justiça social e de moral cristã, [no plano da ação política e social; a] incorporação de todo o território nacional, humanizando-se e valorizando-se os largos espaços ainda vazios, [sob o aspecto geográfico interno; o] [...] fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados e a crescente projeção do país no Exterior, com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional.⁶⁹

68. *Ibid.*, p. 271.

69. Trevisan, Leonardo. *O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985. p. 54. (Col. Cadernos de Educação Política, série O Pensamento Político, v. 6.)

Quanto ao primeiro tema, Ferreira considerou o texto do *Manual* no ponto em que afirma que,

[...] a integração racial esboçou-se já no início do século XVII, em Pernambuco, na luta contra os holandeses, [e, no início do século XIX,] [...] foi motivo de grande cuidado por parte de José Bonifácio quando da instalação do nosso primeiro governo independente.⁷⁰

Assim, de acordo com a crítica muito pertinente de Ferreira,

[...] o aluno [o estagiário] menos informado imaginará, além do que é correto, que José Bonifácio teve êxito, em seus esforços abolicionistas, em tempo politicamente hábil.⁷¹

Cumpre ainda notar que, se houve participação, nas guerras holandesas, de brancos, negros e índios, isso pouco representa em matéria de integração, uma vez que não se tratava de quaisquer índios e negros, que continuavam escravizados, uma vez que esse regime de trabalho foi a base da vida econômica brasileira, de modo absoluto, até meados do século XIX e persistiu, com grande importância, até a Abolição. Há que se considerar, ainda, os papéis de Henrique Dias e Felipe Camarão, que não eram um negro e um índio comuns, assim como os homens que chefiavam, em seus regimentos milicianos. Dias era um oficial de milícias, um homem livre, tal como o índio Camarão, e, portanto, ambas pessoas bem mais privilegiadas, em relação às grandes massas negras e índias daquela época. Para essas outras pessoas nada mudou: continuaram sendo escravizadas e, no caso dos índios, o genocídio e o etnocídio mais brutais prosseguiram como passaram a ser desde a chegada dos portugueses e como veio a prosseguir, até os dias em que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento regia a vida brasileira.

O genocídio e o etnocídio indígenas — recordemos — foram fortemente impulsionados pela própria Doutrina, indiretamente, tanto em seus esforços canhestros de promover a integração de índios isolados, quanto em facilitar a penetração do agronegócio e das frentes de expansão na Amazônia. O desastre foi incalculável com essas atividades, feitas sem levar em conta o modo de vida indígena, a destruição ecológica, a grilagem de terras indígenas e o contato indiscriminado, que facilitava a propagação de doenças contagiosas para as quais os índios não tinham imunidade, além da indução ao consumo da pinga.

70. Ferreira, Oliveiros, cit., p. 270.

71. Ibid., p. 270.

Quanto aos esforços abolicionistas de José Bonifácio, é bastante lembrar a ferrenha oposição desencadeada contra esse estadista, quando ministro do Império e, ainda, na qualidade de deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1823.

O tópico democracia é ainda mais distorcido que os conceitos de integração racial anteriormente expostos. Assim, Ferreira assinala que o *Manual* destaca, acriticamente, que

[...] é significativo ter, desde antes de setembro [de 1822], funcionado no Rio de Janeiro uma Assembleia Constituinte, convocada em abril de 1822, através dos sábios conselhos do Patriarca [José Bonifácio], destinada a elaborar a Constituição para o futuro País. Assim, o conceito de garantia dos direitos do homem *antecederam* (*sic*, observação de Ferreira) à própria emancipação política. A Monarquia sempre foi constitucional e o Ato Adicional de 1834 teve características de maior abertura democrática.⁷²

O comentário de Ferreira, no que toca ao respeito à liberdade do Poder Legislativo naquele momento é que

[...] o aluno menos informado continuará sem saber que o imperador Dom Pedro I dissolveu *manu militari* a Assembleia Constituinte, outorgou a Carta de 1824 e que depois do Ato Adicional houve o Golpe da Maioridade e reforçou-se o centralismo.⁷³

Cumpramos ainda recordar que, com o fechamento da Assembleia Constituinte, o Patriarca José Bonifácio, tão elogiado pelos mentores do pensamento esguianos como um exemplo de democrata, foi metido com seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos numa enxovia e, depois, deportado para a Europa. Viajaram num navio em precárias condições, que poderia naufragar a qualquer momento; que navegava desarmado e sem escolta e que, assim, estava sujeito a ser capturado por belonaves portuguesas, uma vez que ainda não havia cessado o estado de guerra entre Brasil e Portugal. Caso acontecesse esse apresamento, não se pode imaginar qual teria sido o destino de José Bonifácio, seus irmãos e suas famílias.

No que toca ao Golpe da Maioridade, foi uma burla à Constituição, uma vez que o texto da lei era claro: o príncipe herdeiro Dom Pedro somente poderia assumir o trono aos dezoito anos, e não aos catorze.

E, mais que tudo, é curiosíssimo vermos um elogio à ação de José Bonifácio ao haver cuidado de que existisse uma Assembleia Constituinte, convo-

72. *Ibid.*, p. 270.

73. *Ibid.*, p. 270.

cada antes da proclamação da Independência, por parte de ideólogos militares do mesmo governo que reduzira ao extremo o Poder Legislativo, tornando-o mera sombra do que havia sido entre 1946 e 1964, e que quando da decretação do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1969, fechara o Congresso por meio de tropas, que dispunham da artilharia dos tanques de guerra.

A crítica de Ferreira prossegue, agora em tom irônico:

Ainda sobre a democracia, pode-se ler esta *pérola*: “A República sucedeu-se à solução monárquica tão logo cumprido o objetivo prioritário de consolidar a unidade nacional”.⁷⁴

Está tudo exposto de maneira simplista, sem qualquer análise das correlações de forças, dos descontentamentos existentes por parte das oligarquias em ascensão, como se a República tivesse nascido de um grande consenso. E Ferreira prossegue a sua consideração sobre como falsear a História com o comentário sobre o sentido da vida política brasileira, do início do Primeiro Reinado até o momento da edição do Ato Institucional n. 5:

[...] de 1822 a 1889 passaram-se 67 anos, houve Caxias pacificando os que se rebelaram contra o poder central, a Abolição, a Questão Religiosa e a Questão Militar; e não foi na República que os privatismos de novo se assanharam, levando ao centralismo de 1930, consagrado em 1937 e reafirmado em 1969?⁷⁵

Note-se que Ferreira, analista político de tendência conservadora, criticou os centralismos exagerados de 1930, do Estado Novo de 1937 e do que decorreu do AI-5, levando ao extremo o controle do poder central e a mais absoluta hipertrofia do Executivo.

Tratava-se, portanto, de reescrever a História de acordo com interesses específicos de um grupo, e isso feito do modo mais distorcedor da realidade. A elite que estava sendo formada com tais ensinamentos, evidentemente, pecava por sua origem. Ou era composta por pessoas totalmente ignorantes dos processos da História do Brasil — e a ignorância é um qualificativo bem pouco recomendável para uma elite dirigente ou executora —, ou eram cúmplices da farsa montada com a visão distorcida da História nacional, o que depõe de modo muito sugestivo sobre as suas qualidades morais.

Outro ponto essencial da condenação de Ferreira quanto ao conteúdo do pensamento da Escola Superior de Guerra está no fato de que o *Manual* enfatiza que foram poucas as críticas feitas na História do Brasil a respeito da

74. *Ibid.*, p. 271.

75. *Ibid.*, p. 271.

“inércia, a acomodação e a abulia que passaram do Império à República”. São críticas que, no seu entender, ficaram restritas a elementos pertencentes aos meios militares e intelectuais,

[...] além de observar e acompanhar mais de perto a evolução nos métodos de pensamento e ação que estavam cavando um abismo entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, [porque] [...] se os militares integram as elites, também eles podem interpretar [a realidade nacional com a mesma] visão distorcida, que resulta de seus interesses e aspirações.⁷⁶

Mas os pensadores da Escola Superior de Guerra não desejavam ser confundidos com as elites tradicionais brasileiras civis e, por isso, trataram de procurar uma insenção para si na sociedade nacional que os tornassem diferenciados das elites por eles criticadas. Eles deveriam, de acordo com essa autoconceituação, aparecer como elementos distanciados das elites de origem tradicional ou das elites civis emergentes. Se pudessem não ser enquadrados nessa categoria, teriam os meios para aparecer à opinião pública como um grupo social muito distinto dos demais, capaz de escapar dos interesses particulares, como membros plenos do aparelho de Estado e, portanto, mais tendentes ao impessoalismo, e não como integrantes de grupos ou facções.

Por terem compromissos dessa ordem moralmente assumidos, poderiam disputar os cargos do poder como se fossem despojos, beneficiando-se desse tipo de neutralidade. Assim,

Se não as integram, [as elites tradicionais] por pertencer ao aparelho de Estado, são então o único grupo social isento, sem interesses específicos, sem ambições e sem vieses interpretativos, que realmente pode voltar-se para a transformação do Brasil de Estado liberal em Estado social, [o que faria por estar realmente] [...] preocupado com a eficiência da ação e capaz de sofrer e enfrentar a pressão das massas e o perigo de sua “manipulação pela demagogia e pela ideologia que se tornaram cunho deste século”. A permanência das Forças Armadas impõe assim a ligação com o passado, voltando-se para o futuro, “mas sempre a refletir a alma e o caráter nacionais”.⁷⁷

O texto acima selecionado por Ferreira revela a pretensão do grupo esguiano de encarar os militares em geral — e a elite fardada, em particular —, como um grupo isento de interesses específicos, como os das elites econômicas e políticas. Destaca, ainda, a crítica militar ao Estado de formação liberal e seu desejo de criar um Estado social, um enunciado muitas vezes presente

76. *Ibid.*, p. 274.

77. *Ibid.*, p. 274.

no discurso dos tenentes de 1922, mas que não teve, jamais, qualquer definição concreta, clara e formalmente expressa.

Aponta, ainda, o temor corporativo da “manipulação pela demagogia”, considerando que uma entidade formada à base da hierarquia e disciplina somente poderia ver qualquer movimento social que escape dos regulamentos escritos e limitadores — como eram as disposições conservadoras da Constituição de 1946 — como nada mais que uma profunda anarquia ideológica, destinada apenas a dar proveito a alguns demagogos.

Ou, pior ainda, aos subversivos, muitas vezes identificado com os elementos que promoviam a luta armada, mas também com a oposição que queria agir dentro das normas institucionais, e ainda com alguns elementos não identificados, cuja ação é apontada sem grande clareza, uma vaga ameaça, tal como os agentes da KGB e outros elementos ameaçadores.

A crítica feita por eles da presença da ideologia na vida política e no comportamento das pessoas e dos grupos liga-se, diretamente, com a ideia de um pensamento que fosse isento de valores estranhos ao que vagamente conceituavam como “interesse nacional”. Assim vagamente enunciado, tudo ficava como se fosse possível a ausência de valores e de posições ideológicas em qualquer sociedade, como se fosse possível a existência de um pensamento elevado a um grau de pureza asséptica e de neutralidade absolutamente comprovada. Os “interesses nacionais” seriam assim algo que flutuaria num vácuo de interesses e de visão de mundo, e que são, exatamente, os elementos que constituem a essência de qualquer *corpus* de caráter ideológico.

Finalmente, nesse trecho, deve ser destacada a ligação com o passado, a que o *Manual* remete, vendo-o dum modo idealizado e sem qualquer relação concreta com uma concepção de História que pudesse apresentar alguma parcela de verdade. Isso fica evidente, pela clara idealização que Ferreira já apontou em seus conteúdos, ao traçar considerações sobre como a Escola Superior de Guerra viu dois temas históricos da maior importância para qualquer projeto nacional que seja viável para as condições do Brasil. Eram tanto a integração racial — a questão de Henrique Dias e Felipe Camarão — quanto o que pudesse ser a democracia, no caso da Constituinte de 1823 e a atuação de José Bonifácio.

Desperta interesse igualmente o fato de que, apesar das críticas ao Estado liberal, reconhecendo suas deficiências — e nisso partilhavam de muitos pontos de vista com as esquerdas, ainda que com valores e orientações distintos —, e de a sua orientação política ser evidentemente autoritária, os militares não chegaram a apresentar um *corpus* teórico autoritário mais consistente. Algo que tivesse maior possibilidade de aceitação por uma parcela mais ampla da sociedade, como os de elaboração de Oliveira Viana,

Azevedo Amaral e Francisco Campos, pensadores que tiveram a seu favor o clima da época em que se deu a sua ação. De fato, a década de 1930, em que foram formulados os *corpi* de autoria dos citados pensadores, o autoritarismo conheceu bem mais adeptos que nas décadas de 1960 e de 1970.

Um dos conceitos mais recorrentes em seu discurso era a democracia, a necessidade de que se promovesse o estabelecimento da *verdadeira democracia* no país, ainda que quase nunca fossem claros em fazer a conceituação de como seria esse regime e o máximo que conseguiram foi matizá-los com adjetivos. Algo como *democracia autoritária* — o que não lhes pareceu contraditório —, *democracia social*, um enunciado bastante análogo ao de *Estado Social*, que deveria substituir o *Estado liberal* e, nas suas explicações ainda mais vagas, *democracia brasileira*.

A tese da presciência das elites — de que os altos escalões da Escola Superior de Guerra julgavam-se os melhores representantes e que viam os integrantes de seu corpo de estagiários como os frutos mais promissores de sua ação pedagógica — está muito presente em vários trechos do *Manual* e da maneira mais clara e inequívoca. Tal foi, por exemplo, o texto acima transcrito, sobre a necessidade de as elites atuarem no sentido de auscultarem as aspirações populares e levá-las à prática. Exemplos como esse abundam nos textos das publicações oficiais.

Mas é necessário que se leve em conta que as próprias elites civis políticas e sociais brasileiras, tais como existiam na época, também eram vistas pelos instrutores esguianos como passíveis de cometer erros graves. Daí haver Ferreira destacado o trecho seguinte, quanto ao reconhecimento dos limites das elites civis, por parte do texto do *Manual*:

Nem sempre os grupos nacionais que estão vivendo a dinâmica das relações sociais têm a necessária visão para discernir seus próprios interesses e aspirações. [...] As elites, [políticas e sociais] [...] presas a certos símbolos e valores, tradicionais ou não, podem deixar de compreender os interesses gerais, podem interpretá-los segundo uma visão distorcida que resulta dos seus próprios interesses e aspirações.⁷⁸

De acordo com as próprias afirmações do *Manual* acima expostas, a mais evidente característica dessa elite é o seu prender-se a seus próprios interesses, tão somente, e, assim, não estarem muitas vezes em condições de fazer a interpretação dos *anseios do povo*, não tendo como se apresentar como elite política, portanto.

Se assim é, se as elites também têm seus interesses particulares e pelo seu prisma veem os problemas nacionais, quem pode, nessa visão do mundo confusa e até certo

78. *Ibid.*, p. 273.

ponto aterradora, pela referência constante a entes só definíveis numa visão totalitária do universo, como Bem Comum e Valores Morais e Espirituais, assumir as responsabilidades pela racionalidade da administração governamental, que o liberalismo descurou?”⁷⁹

Tais conceitos — Bem Comum e Valores Morais e Espirituais —, se por um lado são bem pouco definíveis, claramente, em qualquer análise objetiva, por outro são bastante eficientes para sua utilização ideológica, em se tratando de manipulação das massas, se forem veiculados de modo eficiente, pela propaganda, e isso pode vir a ser a raiz de um regime totalitário, ou, pelo menos, fortemente autoritário.

Fica, nesse ponto, a sua antevisão de um regime autoritário capaz de descambar para o totalitarismo, como deixou claro, pela referência que a doutrina esguiana fez de certo número de elementos absolutamente abstratos, os tais Bem Comum, Valores Morais, Valores Espirituais, bem pouco definidos, nunca enunciados claramente, em sua consistência, mas apesar disso — ou talvez até por isso mesmo — muito reafirmados nos textos, passando por subentendidos. Cabe — entendemos — recordar que todos os regimes totalitários sempre fizeram referências desse tipo, de caráter utópico, projetando para o passado mítico, como nos casos fascista e nazista, ou para o futuro mais ou menos distante, como no totalitarismo stalinista.

Desse modo, não se pode duvidar que o autoritarismo seja “uma manifestação degenerativa da autoridade”, nas palavras de Stoppino, por ser “uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos”, razão pela qual age “oprimindo sua liberdade”.⁸⁰

O caráter desmobilizador do autoritarismo brasileiro

Como nosso objetivo não é o estudo da personalidade autoritária, em si mesma, não precisamos ir muito além das considerações que acima traçamos sobre o seu papel. É, para nosso estudo, um dado complementar, a ser citado conforme possa ter pertinência, uma vez que seu objetivo principal é o regime autoritário brasileiro, concretamente visto. Regime autoritário considerado em especial quanto a seus aspectos políticos, altamente relacionados com política econômica gerada pelos militares no poder e seus tecnocratas civis, e sob a inspiração da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, por meio de seus doutrinadores militares e paisanos.

79. *Ibid.*, p. 274.

80. Stoppino, Mário, cit., p. 94.

A questão da centralidade do conceito de autoritarismo, posto ao lado de totalitarismo — e dele diferenciado —, se contrapõe ao de democracia, de modo que serão ressaltados os aspectos notoriamente antidemocráticos da Doutrina de Segurança Nacional, com relação à ação política do Estado brasileiro e à direção da economia do país, de acordo com os planos econômicos desenvolvimentistas do governo.

Stoppino considera, especificamente, o papel altamente conservador dos regimes autoritários, tomando por base, por um lado, um sentido altamente generalizante, o fato de não ser democrático e, por outro, o fato de possuir

[...] um baixo grau de mobilização e penetração da sociedade. Este último significado coincide em parte com a noção de ideologia autoritária. [Abre, entretanto, uma exceção conceitual, porque] [...] existem tanto os regimes autoritários da ordem como os *regimes autoritários voltados para uma transformação, embora limitada*, da sociedade.⁸¹ (Grifos nossos)

Reconhece, assim, que um regime autoritário, mesmo sendo desmobilizador, pode possuir uma orientação transformadora da sociedade, ainda que limitada e, basicamente, conservadora. Transformadora porque atua no sentido de promover a modernização material do país, notadamente no campo da economia e das distintas tecnologias, como as comunicações, transportes e outros setores. Conservadora porque não se preocupa em criar melhorias sociais, a começar das restrições que impõe à melhor redistribuição de renda.

Havia, em toda a política do regime castrense, uma preocupação constante em fazer com que ocorresse a compressão salarial, fator de acumulação capitalista, de um lado, e a repressão dos movimentos reivindicadores das camadas assalariadas, no terreno social, e do mesmo modo, dos descontentamentos políticos, por parte dos mais variados setores da sociedade brasileira, desejosos do retorno à normalidade democrática institucional. Essa era uma característica autoritária inegável, que está presente no texto do verbete citado.

É, pois, um elemento de especial interesse para o nosso trabalho, não só no que trata da práxis autoritária, mas também em sua justificação doutrinária, constante dos termos da Doutrina de Segurança Nacional e subjacente aos planos econômicos dos diversos governos militares. Desses, constam o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do tempo da Presidência Castelo Branco, do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do governo Costa e Silva, e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), do governo Médici, dois planejamentos drásticos do que se desejou realizar, por parte do governo e de seus ministros da área econômica — Fazenda, Planejamento,

81. *Ibid.*, p. 94.

Agricultura e Indústria e Comércio. Todos foram unânimes em recomendar a compressão salarial, sob a alegação de que “primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”, o que jamais foi realizado, com o que se alegou ser a frustração do assim chamado “milagre econômico brasileiro”. Comportamento que era a contrapartida da prática de se fazer com que se “socializassem as perdas e privatizassem os lucros”, como foi dito, por seus críticos.